

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAFAELLA MAGALHÃES DE SOUZA

PRECARIEDADE SUBJETIVA E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

GOIÂNIA
2022



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES
ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO
NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)s autor(a)(es)(as): Rafaella Magalhães de Souza

Título do trabalho: Precariedade Subjetiva e Uberização do trabalho

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador). Concorda com a liberação total do documento:

SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)s autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por Livia Gomes Dos Santos, Coordenadora de Pós-Graduação, em 29/09/2022, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAELLA MAGALHÃES DE SOUZA, Discente**, em 29/09/2022, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3230573** e o código CRC **27CA2800**.

Referência: Processo nº 23070.050682/2022-97

SEI nº 3230573

RAFAELLA MAGALHÃES DE SOUZA

PRECARIEDADE SUBJETIVA E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Orientadora: Dr^a Lívia Gomes dos Santos

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG

Souza, Rafaella Magalhães de
Precariedade Subjetiva e Uberização do Trabalho [manuscrito] /
Rafaella Magalhães de Souza. - 2022.
LXIX, 73 f.

Orientador: Profa. Dra. Lívia Gomes dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia,
2022.

Bibliografia.

1. Trabalho e subjetividade. 2. Precariedade subjetiva. 3.
Organização do trabalho. 4. Uberização. 5. Trabalho e adoecimento
psíquico. I. Santos, Lívia Gomes dos, orient. II. Título.

CDU 159.9



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 15 dias do mês de Setembro de 2022 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Precariedade Subjetiva e Uberização do trabalho”, de autoria de Rafaella Magalhães de Souza, do curso de Psicologia da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Professora Doutora Livia Gomes dos Santos, da Faculdade de Educação da UFG e orientadora do presente trabalho com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Gardenia Furtado Lemos, da Faculdade de Educação da UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,00, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 15/09/2022, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gardenia De Souza Furtado Lemos, Professora do Magistério Superior**, em 15/09/2022, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3191133** e o código CRC **B1CE3EC2**.

Referência: Processo nº 23070.050682/2022-97

SEI nº 3191133

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família por me apoiar e acreditar nos meus sonhos. Sem eles, não seria possível realizar esta graduação. Aos meus pais, Glória e Zeiner, por todo o carinho e apoio. Vocês são meus exemplos de esforço e dedicação!

Agradeço a todos os meus amigos que me acompanharam nesta jornada. Obrigada por todos os momentos que compartilhamos, tanto bons quanto ruins. Eu não chegaria onde estou sem vocês! Aos meus colegas da décima segunda turma de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, Juliana, Daniele e o pessoal do Cascão, que tornaram essa caminhada muito mais leve e divertida. Levarei vocês no meu coração para sempre! A todos os professores da Faculdade de Educação, que contribuíram e fizeram parte da minha formação.

Agradeço a Prof.^a Dr.^a Gardênia de Souza Furtado Lemos por me orientar no meu projeto de iniciação científica, por todos os momentos de trocas nas disciplinas e orientações de pesquisa e por sua postura sempre atenciosa, acolhedora e descontraída. Obrigada por todos os ensinamentos dentro e fora da sala de aula, você é um exemplo de profissional e pessoa! Te desejo muita força e tudo de melhor na sua vida!

Agradeço a toda minha equipe e colegas de estágio na A3 Consultoria. É ótimo estar em um ambiente de trabalho que nos sentimos acolhidos, respeitados e que nos oferece oportunidade de desenvolvimento como profissional e como pessoa! Serei sempre grata por essa oportunidade e continuarei me esforçando para contribuir e aprender cada vez mais!

Por fim, agradeço a minha querida orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso, Prof.^a Dr.^a Livia Gomes. Obrigada por todas as orientações, conversas, reflexões e por tornar essa experiência tranquila e agradável! Te admiro como profissional e como pessoa, você certamente está ajudando a construir uma sociedade e uma Universidade melhor. Espero que você ainda tenha muitas alegrias e momentos de troca enriquecedores na sua caminhada!

“A máquina foi programada pelo homem para resolver os problemas que ele criou. Mas ela, a máquina, está começando também a criar problemas que desorientam e engolem o homem. A máquina continua crescendo. Está enorme. A ponto de que talvez o homem deixe de ser uma organização humana.”

Clarice Lispector

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender o fenômeno da subjetividade precarizada e sua relação com as novas formas de organização do trabalho no século XXI e o atual processo de uberização. Para isso, primeiro buscamos entender o que é subjetividade, como este conceito foi construído no decorrer do tempo e sua relação com o trabalho. Depois analisamos qual a nova morfologia do trabalho no século XXI, qual o perfil da classe trabalhadora atual e o que é a uberização. Por fim, buscamos compreender o que é a subjetividade precarizada, seus impactos no psiquismo e a sua relação com o fenômeno de uberização. Este estudo adotou como referenciais teóricos a concepção de subjetividade da Psicologia Sócio-Histórica, o materialismo histórico dialético de Marx e os debates da teoria social crítica de Ricardo Antunes. A metodologia utilizada foi um estudo de caráter exploratório visando o levantamento de informações para a compreensão dos fenômenos. A coleta de dados foi feita por levantamento bibliográfico multidisciplinar, livros, artigos, notícias, teses e das plataformas de pesquisa eletrônicas. Por fim, encontramos como resultado uma forma de subjetivação específica decorrente do trabalho precarizado e traçamos paralelos deste fenômeno com o processo da uberização.

Palavras-chave: Trabalho e subjetividade, Precariedade subjetiva, Organização do trabalho, Uberização, Trabalho e adoecimento psíquico.

ABSTRACT

This study aimed to understand the phenomenon of precarious subjectivity and its relationship with the new forms of work organization in the 21st century and the current process of uberization. For this, we first seek to understand what subjectivity is, how this concept was built over time and its relationship with work. Then, we analyze the new morphology of work in the 21st century, what the profile of the current working class is and what an uberization is. This study adopted as theoretical references the conception of the subjectivity of Socio-Historical Psychology, Marx's dialectical historical materialism, and the debates of Ricardo Antunes' critical social theory. The methodology used was an exploratory study aimed at gathering information to understand the phenomena. Data collection was carried out through a multidisciplinary bibliographic survey, through books, articles, news, theses, and electronic research platforms. Finally, we found, as a result, a specific form of subjectivity resulting from precarious work and we drew parallels between this phenomenon and the uberization process.

Keywords: Work and subjectivity, Subjective precariousness, Work organization, Uberization, Work and mental illness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - SUBJETIVIDADE E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO	12
Capítulo 1.1 - A construção do conceito de subjetividade	12
Capítulo 1.2 - O conceito de subjetividade dentro das principais correntes psicológicas	17
Capítulo 1.3 - A concepção de subjetividade segundo a Psicologia Sócio-Histórica e sua relação com o trabalho	20
Capítulo 1.4 - Subjetividade, trabalho e alienação	23
CAPÍTULO 2 - CAPITALISMO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI E UBERIZAÇÃO	26
Capítulo 2.1 - Transformações na organização e sentido do trabalho dentro do capitalismo e a nova morfologia do trabalho no século XXI	26
Capítulo 2.2 - O capitalismo no Brasil, os impactos da reestruturação produtiva e da nova organização do trabalho	32
Capítulo 2.3 - A nova classe trabalhadora atual	34
Capítulo 2.4 - Uberização do trabalho, Indústria 4.0 e o perfil dos motoristas e entregadores de aplicativos no Brasil	36
CAPÍTULO 3 - A SUBJETIVIDADE PRECARIZADA, UBERIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS	41
Capítulo 3.1 - A Subjetividade Precarizada	41
Capítulo 3.2 - Subjetividade Precarizada e neoliberalismo	45
Capítulo 3.3 - Impactos da Subjetividade Precarizada, mal-estar no trabalho e burnout	49
Capítulo 3.4 - Subjetividade Precarizada e uberização	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

INTRODUÇÃO

O trabalho, assim como o sujeito e a sociedade, vai se transformando com o tempo. Até o século XX, ele era predominantemente associado à ideia de ocupações manuais, fabris, e seguia os moldes de produção fordista e taylorista. Caracterizada pela racionalização do labor, controle do tempo e do corpo do indivíduo, produção em massa, grandes estoques, uso de linhas de montagem e especialização do trabalho (ANTUNES, 2009).

Entretanto, na década de 1970 a crise destes modelos deu início a um processo de reestruturação produtiva em escala global, caracterizado pela inserção do neoliberalismo, privatizações de estatais, desregulamentação dos direitos trabalhistas e entrada na era da acumulação flexível. Foi também nesta época que houve o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação (TIC's) que passaram a fazer parte do mundo do trabalho. Como consequência da reestruturação produtiva, da ascensão do neoliberalismo e do desenvolvimento de novas tecnologias, o trabalho mudou. Deste modo, segundo Antunes (2018), a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram os pilares da nova morfologia do trabalho no século XXI.

Atualmente estamos enfrentando a Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Indústria 4.0. A Indústria 4.0 são propostas desenvolvidas na Alemanha no início dos anos 2000 com o intuito de criar “fábricas inteligentes” formadas através da combinação de conhecimento avançado em manufatura com o uso de tecnologias da informação. Alguns de seus elementos são a criação de novas e mais abrangentes formas de automação do trabalho humano integrado às tecnologias e o surgimento da Internet das Coisas, que permite uma conexão em rede entre diferentes máquinas e componentes para além da comunicação entre os próprios trabalhadores (ANTUNES, 2020).

A adoção de políticas neoliberais somada a nova morfologia do trabalho resultou em um processo de precarização em escala global. Com a crise econômica de 2008, muitas pessoas ficaram desempregadas e passaram a procurar fontes de renda extra através da internet. Em 2009 foi criada nos Estados Unidos, a Uber, empresa multinacional de serviços de transporte privado através de um aplicativo que conecta motoristas parceiros a passageiros. A empresa logo se expandiu rapidamente por oferecer uma oportunidade de trabalho para a população que se

encontrava desempregada ou em busca de uma renda extra. Esta forma de trabalho se tornou tão popular que deu origem ao fenômeno de uberização do trabalho que tem ganhado força e se expandido. Hoje o trabalho uberizado não se restringe apenas aos motoristas e entregadores de aplicativos e temos diversos profissionais de vários níveis de qualificação que se submetem a esta lógica de trabalho.

A uberização do trabalho é uma tendência em curso que vem abarcando diferentes setores da economia, derivada do fenômeno social que surgiu com a criação da Uber, o termo uberização se refere a processos que não se restringem a essa empresa nem se iniciam com ela, e que culminam em uma nova forma de controle, gerenciamento e organização do trabalho. A Uberização é um amplo processo de não formalização e redefinição das relações de trabalho que resulta na flexibilização do trabalho, com a eliminação dos direitos trabalhistas e de meios legais para controlar a exploração do trabalho, e que envolve a legitimação e legalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador (ABÍLIO, 2020).

Segundo Salomão (2019), em 2018 a Uber tinha mais de 22 milhões de usuários no Brasil, contava com mais de 600 mil motoristas parceiros e estava presente em mais de 100 cidades brasileiras. Neste ano a empresa obteve um faturamento de 959 milhões de dólares somente no Brasil, sendo o país seu segundo maior mercado, atrás apenas dos Estados Unidos. Um estudo realizado por Uchôa (2020) aponta que a uberização tende a precarizar o trabalho e aumentar as desigualdades. Em entrevistas realizadas por Greggo (2022) com motoristas que trabalham para a Uber, os entrevistados responderam que os pontos negativos do trabalho são a falta de segurança, baixa remuneração, ausência de vínculo empregatício e falta de autonomia.

Como consequência deste processo de precarização tem se formado uma nova classe trabalhadora, que autores como Braga (2015) tem chamado de “precariado”. Esta classe é caracterizada pela falta de direitos trabalhistas, condições de trabalho precárias e renda incerta. Estas características geram uma fragilidade na identidade do trabalhador e um enfraquecimento na sua relação com o trabalho e com os outros. Deste modo tem se desenvolvido uma nova forma de subjetividade, que autores como Linhart (2014) e Castanha (2017) tem chamado de “subjetividade precarizada” ou “precariedade subjetiva”. A subjetividade Precarizada é forma do indivíduo se relacionar consigo mesmo e com o mundo em um contexto

de precarização do trabalho. Esta subjetividade é marcada pelo isolamento, abandono e perda da autonomia do trabalhador.

É o sentimento de não estar em casa no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não arriscar-se física e moralmente [...] É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis) nem aos colegas de trabalho que se esgarçam com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima (LINHART, 2014, p.45).

Para a Psicologia Sócio-Histórica o trabalho é um dos elementos fundamentais na constituição da subjetividade e socialização humana. Segundo esta abordagem, o processo de humanização e constituição da subjetividade é um processo histórico e social. Segundo Leontiev (1978/2004), para se humanizar o sujeito se apropria da cultura e dos mediadores culturais criados pela humanidade. O indivíduo se humaniza ao se apropriar do mundo, e a sua subjetividade se constitui numa relação dialética entre objetividade e subjetividade, entre mundo externo e interno. Na perspectiva sócio-histórica, o externo é sempre social. Cada geração se apropria dos significados construídos pelas gerações anteriores por meio do trabalho.

Todas as funções psíquicas superiores são relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade. Sua composição, estrutura genética e modo de ação, em uma palavra, toda sua natureza é social (VIGÓTSKY, 1931/2000, p. 15).

Uma vez que a subjetividade se constitui a partir das relações sociais em um determinado contexto e sendo o trabalho elemento fundamental nesta relação, mudanças no modo de organização do trabalho impactam na constituição da subjetividade. Tendo em vista que a precarização do trabalho e o processo de uberização são tendências globais, é importante que a Psicologia compreenda os seus impactos na formação da subjetividade do sujeito contemporâneo.

Apesar de alguns autores usarem o termo “Subjetividade Precarizada”, até o momento desta pesquisa, a maioria destes autores são da área da Sociologia do

Trabalho, encontramos poucos trabalhos dentro da Psicologia que buscam definir e analisar este fenômeno. O mesmo acontece com o processo de uberização, como este também é um fenômeno recente ainda tem poucos trabalhos que se propõem a analisar seus impactos na subjetividade do trabalhador. Essa pesquisa se propõe a investigar o fenômeno da subjetividade precarizada e a sua relação com a organização do trabalho e seu atual processo de uberização. Trazendo uma visão da Psicologia sobre este fenômeno.

O objetivo geral deste estudo é compreender o fenômeno da subjetividade precarizada e sua relação com as novas formas de organização do trabalho no século XXI e a uberização. Os objetivos específicos são: a) entender o que é subjetividade, como o conceito foi construído e sua relação com o trabalho; b) identificar as novas formas de organização do trabalho no século XXI e qual o perfil da trabalhadora atual; c) compreender o que é o processo de uberização do trabalho e qual o perfil do trabalhador uberizado; d) investigar o que é a Subjetividade Precarizada, quais são suas características, formas de expressão e seus impactos no psiquismo; e) analisar como as novas formas de organização do trabalho e a uberização se relacionam com o fenômeno da Subjetividade Precarizada.

Este estudo adotará como marcos teóricos a concepção de subjetividade segundo a Psicologia Sócio-Histórica e os seus estudos sobre a relação entre trabalho e subjetividade, além do materialismo histórico dialético e o conceito de trabalho segundo Marx, os debates da teoria social crítica de Ricardo Antunes sobre a nova morfologia do trabalho e uberização, e o conceito de precariedade subjetiva de Danièle Linhart (2014) e de subjetividade precarizada de Castro (2017).

A metodologia utilizada será uma pesquisa de caráter exploratório visando levantar informações para a compreensão do fenômeno da subjetividade precarizada e do processo de uberização. A coleta de dados será feita por pesquisa bibliográfica multidisciplinar, serão utilizados livros, artigos, notícias, teses e plataformas de pesquisa eletrônicas como a Scielo, Pepsic, Redalyc, Google Acadêmico e o Portal CAPES. Utilizaremos os seguintes descritores: Trabalho e subjetividade, Precariedade subjetiva, Organização do trabalho, Uberização, Trabalho e adoecimento psíquico.

No primeiro capítulo vamos analisar a construção do conceito de subjetividade historicamente e sua relação com o trabalho. Vamos entender como surgiu o conceito de subjetividade e como ele vem sendo alterado historicamente. Depois

vamos investigar qual a definição de subjetividade e quais as concepções de subjetividade dentro das principais correntes da Psicologia. Também abordaremos a subjetividade segundo a Psicologia Sócio-histórica e a relação entre trabalho, alienação e subjetividade.

No segundo capítulo iremos investigar as mudanças que ocorreram na organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista do século XVIII até os dias atuais. Depois analisaremos as novas morfologias do trabalho no século XXI e como é a nova classe trabalhadora atual, o que é o processo de uberização e qual o perfil do trabalhador uberizado no Brasil

No terceiro capítulo buscaremos compreender o que é a subjetividade precarizada, quais são suas características, suas causas e como ela se expressa atualmente. Também analisaremos sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e o neoliberalismo. E para finalizar, iremos refletir sobre seus impactos no psiquismo e a sua relação com o atual processo de uberização.

CAPÍTULO 1 - SUBJETIVIDADE E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO

Capítulo 1.1 - A construção do conceito de subjetividade

Neste capítulo analisaremos a construção do conceito de subjetividade no decorrer do tempo e sua relação com o trabalho. Para podermos entender o que é subjetividade precarizada e sua relação com a organização do trabalho contemporâneo e a uberização, primeiro precisamos compreender como surgiu o conceito de subjetividade e como ele foi construído historicamente. Depois vamos investigar o que é subjetividade e quais as concepções de subjetividade dentro das principais correntes da Psicologia. A seguir, analisaremos qual a concepção de subjetividade da Psicologia Sócio-histórica e sua relação com o trabalho. E por fim, faremos uma breve exposição sobre a relação entre subjetividade, trabalho e alienação. Estes serão os assuntos abordados neste capítulo.

Nesta pesquisa utilizaremos a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica e do materialismo histórico dialético para analisarmos a construção do conceito de subjetividade. Segundo os autores Bock, Gonçalves e Furtado (2015) a Psicologia Sócio-Histórica entende que o ser humano se constitui historicamente por meio da transformação da natureza e da sociedade para produzir sua própria existência. A base da análise desta abordagem é a historicidade das experiências humanas, bem como as ideias produzidas como expressão destas experiências. A experiência humana é compreendida como toda atividade realizada socialmente pelo ser humano, para atender às suas necessidades e, assim, produzir sua própria existência. As experiências concretas das pessoas exigem a produção de ideias e representações sobre estas experiências. O conjunto de ideias produzidas pelas pessoas formam seus sistemas de crenças, valores e conhecimentos.

O materialismo dialético é um método científico e uma concepção filosófica que concebe a história como um processo contraditório, produto da ação dos seres humanos em sociedade para a construção de sua própria existência. Esta concepção compreende que não existem oposições entre o que é social e individual, entre objetividade e subjetividade e entre o interno e o externo. Nessa forma de analisar, a historicidade de todos os fenômenos é noção básica. Segundo o materialismo histórico e dialético, as ideias e conhecimentos produzidos pelas pessoas em determinado momento histórico refletem a realidade desse momento

histórico, ou seja, a origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Essas ideias orientam, modificam e desenvolvem a ação dos seres humanos ao mesmo tempo, em que também são modificadas em um processo contínuo que ocorre de forma dialética. Numa perspectiva materialista, isso significa que, embora as ideias tenham seu próprio movimento, tal movimento deve ser sempre situado na sua relação com o movimento de base material e como representação desta base (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015). Segundo Marx (2005), a base material é formada por forças produtivas (tudo aquilo que permite a produção, as ferramentas, máquinas, técnicas) e por relações de produção (relações entre os que são proprietários dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho). Assim, no materialismo histórico dialético, o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual.

A ideia de ser humano como sujeito e o surgimento da Psicologia como ciência acontecem na Modernidade, anteriormente a este período não havia a percepção de si mesmo como um sujeito individual. Nas sociedades antigas o coletivo, a família, a religião, prevaleciam sobre o individual, não havia tanta liberdade e autonomia para o indivíduo poder sentir e desejar por si mesmo. Na Idade Média, o desejo divino também se sobrepunha à vontade do sujeito, havia a crença em uma ordem superior divina que mantinha os costumes e regras morais, o que limitava a liberdade do ser humano. Assim, segundo Figueiredo e Santi (2008), alguns acontecimentos históricos e sociais contribuíram para o surgimento da noção de subjetividade a partir da Modernidade: o humanismo renascentista nas artes e na filosofia dos séculos XIV e XV; a reforma protestante da Igreja Católica no século XVI; e o Iluminismo a partir do século XVII.

O movimento humanista surge com a crise da Idade Média e a entrada na Idade Moderna surge, ele se opõe às ideias teocêntricas medievais e coloca o Homem no centro do Universo. A ruptura das estruturas medievais deixa o indivíduo desamparado e ele começa a questionar sua própria existência, seu lugar no mundo, suas escolhas e crenças, o que se expressa na arte e filosofia da época renascentista. A crença em Deus não deixa de existir, Ele ainda é visto como criador da ordem natural, mas agora o Homem ganha destaque como aquele responsável por admirar, conhecer e controlar a natureza. Essa mudança de paradigma é essencial para o desenvolvimento da ciência moderna, pois o mundo deixa de ser

visto como lugar sagrado e passa a ser visto como um objeto movido por forças mecânicas a serviço do ser humano (FIGUEIREDO; SANTI, 2008).

Posteriormente, a reforma protestante da Igreja Católica realizada por Martinho Lutero também abriu espaço para o surgimento da noção de subjetividade ao defender o vínculo do indivíduo diretamente com o divino. Antes da reforma, um dos princípios fundamentais do catolicismo era de que a Igreja era responsável por fazer a mediação entre o divino e o humano. Assim, o “acesso a Deus” só era possível através da figura do santo, do sacerdote ou do padre. Lutero defendia que o indivíduo era preenchido pela consciência divina e não precisava recorrer a forças exteriores para ter acesso a Deus. Esta concepção abriu espaço para uma noção de interioridade, mas a consciência interna que guiava o indivíduo era a consciência divina (TOLLE, 2018).

Foi com o desenvolvimento do Iluminismo e seus ideais de racionalidade, objetividade, liberdade, conhecimento e domínio da natureza através do pensamento científico que se estabeleceu o que o historiador Habermas (2002) chamou de “projeto da Modernidade”. Segundo o autor, a modernidade é um período histórico, a partir do século XV, caracterizado por um processo de racionalização da vida atual em contraposição ao que se considerava como tradicional. A modernidade não é definida a partir de um único evento histórico, mas de vários processos que se acumularam, como: a formação de capital, o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho; a formação de identidades nacionais; a expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal. Desta forma, para o autor, o início da Modernidade está ligado à expansão do modo de produção capitalista.

A ideia de subjetividade moderna que permitiu o surgimento da Psicologia como ciência também está relacionada ao desenvolvimento do capitalismo. Segundo os autores Bock, Gonçalves e Furtado (2015), a Modernidade afirmou o ser humano como sujeito e a Psicologia como ciência da subjetividade. A noção moderna de humano como sujeito individual, livre, responsável pela própria vida e capaz de decidir que lugar quer ocupar na sociedade surge de uma concepção liberal burguesa, que devido à necessidade de produção compreende o ser humano como produtor e consumidor individual no mercado. Esta ênfase no indivíduo só é possível devido às mudanças sociais que ocorreram com o desenvolvimento da sociedade

moderna e do capitalismo. Esta concepção abre espaço para uma nova experiência, a da subjetividade.

A subjetividade é a síntese singular e individual que cada um de nós vai constituindo conforme vamos nos desenvolvendo e vivenciando as experiências da vida social e cultural; é uma síntese que nos identifica, de um lado, por ser única, e nos iguala, de outro lado, enquanto os elementos que a constituem são experienciados no campo comum da objetividade social. Esta síntese — a subjetividade — é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica; é, também, fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais (BOCK; FACCI, 2002, p. 24).

Esta experiência universal de que somos sujeitos capazes de decidir, sentir e pensar de modo privado é o que Figueiredo e Santi (2008) chamam de Subjetividade Privatizada. Segundo os autores, esta concepção é uma característica própria do momento histórico da Modernidade e está relacionada com dois tipos de pensamento que se desenvolveram na cultura ocidental no século XVIII e XIX: a ideologia Liberal Iluminista e o Romantismo. Segundo a ideologia liberal, todos somos iguais e livres, mas temos interesses próprios individuais. Essa diferença de interesses se resolveria através da fraternidade. O Romantismo representa um pensamento nostálgico da aristocracia medieval e defende que cada um difere, e a liberdade é a liberdade de ser diferente. Mas, apesar desta diferença, todos sentem falta de uma vida em comunidade e dos valores feudais e esperam o retorno deste período, este sentimento uniria os homens.

Contraditoriamente, a Modernidade enquanto cria um projeto de sujeito, ela o nega. Enquanto as concepções modernas liberais e românticas defendem um sujeito livre, individual e singular, o desenvolvimento do capitalismo mostrou que estes ideais são ilusões. A partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, foi preciso limitar esta liberdade defendida pelo liberalismo para que o indivíduo produzisse nas fábricas em condições precárias sem se rebelar. A ideia liberal de que cada um é movido por interesses individuais em vez de levar a fraternidade resultava em conflito de interesses, o que exigia um Estado cada vez mais forte para controlar as massas. Ao mesmo tempo, a produção em série de mercadorias padronizadas desfazia a ilusão romântica de singularidade, uma vez que todos deviam consumir os mesmos produtos. Neste contexto, surge um sistema

com o intuito de controlar o indivíduo, o Regime Disciplinar (FIGUEIREDO; SANTI, 2008).

O Regime Disciplinar, ou Disciplinas, é um sistema que surge na segunda metade do século XVIII, que envolve a elaboração e aplicação de técnicas científicas nas instituições para controle social e individual. Este sistema surge para controlar as diferenças individuais e “domesticar” os sujeitos para que eles continuem sendo produtivos e seguindo as normas do Estado. O Regime Disciplinar foi e ainda é muito utilizado em fábricas, escolas, manicômios, hospitais, órgãos de Estado, etc. Este modelo coloca em risco os ideais românticos e liberais de subjetividade privatizada ao impor padrões e controles muito fortes às condutas, sentimentos e desejos individuais. Mas, faz parte do seu modo de funcionamento se dissimular para que os indivíduos continuem acreditando serem livres. Entretanto, com o passar do tempo, as pessoas começaram a perceber a influência das Disciplinas, é agora que se instala a crise da subjetividade privatizada que leva ao surgimento das ciências psicológicas (FIGUEIREDO; SANTI, 2008).

Segundo Figueiredo e Santi (2008) a noção de Subjetividade Privatizada entra em crise quando as pessoas percebem que a liberdade e a diferença de cada um são ilusões, quando elas descobrem a presença forte, mas sempre disfarçada, das Disciplinas em todas as esferas da vida, inclusive nas mais íntimas. E quando percebem que os ideais de fraternidade seriam impossíveis, pois a defesa dos interesses particulares de cada um, resulta em conflitos. Deste modo, a Modernidade, enquanto criou uma concepção de sujeito e subjetividade, negou esse sujeito e as suas possibilidades. A falha na construção desse projeto de sujeito, a crise da subjetividade privatizada, é a crise do sujeito moderno. Esta crise abriu espaço para que as pessoas comesçassem a questionar suas próprias experiências e passassem a buscar explicações científicas sobre o sujeito e a subjetividade, o que levou à criação da Psicologia como ciência.

A busca por explicações científicas para a subjetividade nos leva a outra contradição que marca a construção deste conceito dentro da Psicologia e da Modernidade, o embate entre subjetividade e objetividade. Uma vez que a subjetividade diz respeito ao conjunto de experiências do sujeito, seu conceito também implica no conhecimento do indivíduo sobre suas próprias experiências. Inspirado nas ideias de René Descartes, o pensamento moderno é marcado pelos ideais de racionalidade e busca da verdade através da objetividade científica. A

Razão é o fator que prova a existência do Homem como sujeito. Logo, o estudo da subjetividade também deveria ser pautado pela razão e objetividade. Entretanto, a razão busca o objeto como algo exterior ao sujeito, e a objetividade busca um conhecimento que independe do sujeito. Assim, surge um embate em que para se estudar a subjetividade, esta deveria ser controlada em nome da objetividade. Esta contradição marca o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e a construção do conceito de subjetividade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Ao analisarmos o surgimento do conceito teórico de subjetividade fica explícito seu caráter histórico, e também que este conceito está atrelado ao desenvolvimento da base material do capitalismo, sendo parte do conjunto de ideias que representam este sistema e as indagações impostas por ele. Esse conceito ao ser produzido foi incorporado e modificou a própria existência humana, ao mesmo tempo, em que foi sendo modificado, em uma relação dialética. Deste modo, a categoria subjetividade pode ser entendida simultaneamente como uma experiência humana, um signo e um conceito teórico, que aponta a relação entre a base material e a produção de ideias em um momento histórico. Como experiência humana, a subjetividade se modifica ao longo da História; como signo ela dá nome a experiência humana, a modifica sendo modificada por ela; e também é um conceito teórico dentro da Psicologia (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Capítulo 1.2 - O conceito de subjetividade dentro das principais correntes psicológicas

A subjetividade surge como objeto da Psicologia expressando relações históricas de cada período. A Psicologia surge como ciência no século XIX, um momento marcado pelas contradições na concepção de sujeito moderno, a crise da subjetividade privatizada, a oposição entre objetividade e subjetividade e as primeiras crises do capitalismo. Neste contexto, surgem dentro da Psicologia diversas correntes psicológicas, cada uma com uma percepção e definição diferente de subjetividade. O surgimento destas diversas teorias com diferentes concepções de sujeito é uma expressão das contradições da Modernidade. São exemplos de abordagens psicológicas objetivistas que surgem neste contexto: a Psicologia Experimental de Wundt, o funcionalismo, o estruturalismo, o behaviorismo e o

cognitivismo. E são exemplos de abordagens subjetivistas: a Psicologia dos Povos de Wundt, a Gestalt e a Psicanálise (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

A seguir abordaremos de forma breve e superficial as noções de subjetividade de cada uma destas correntes usando como referência principalmente as análises feitas pela autora Ana Bock. Entendendo que essas análises também possuem suas limitações. Não iremos nos aprofundar na construção e definição de subjetividade de cada uma destas correntes, pois são muitas abordagens, com objetos, métodos e autores distintos e para compreendê-las a fundo seria necessário um estudo à parte muito mais extenso.

A Psicologia Experimental de Wundt procurava explicar a unidade mente-corpo e descrever o funcionamento da subjetividade de forma objetiva. Wundt recusava as explicações metafísicas da mente e defendia a Psicologia como o estudo da experiência imediata, ou interna, através do método experimental e da observação, inspirado nas ciências naturais. A experiência imediata era formada pelos aspectos subjetivos da experiência e sua relação recíproca com todos os conteúdos da mesma. O autor concebia a consciência como um fluxo de processos em um determinado momento que constituíam a totalidade mental. Estes processos seriam as sensações, sentimentos, representações e vontade que indicariam a existência dos fenômenos mentais. Eles poderiam ser analisados através do seu conteúdo objetivo (sensações decorrentes de estímulos físicos) e subjetivo (sentimentos decorrentes destas sensações). Para Wundt, não havia uma diferença entre mundo interno ou externo, pois ambos faziam parte da experiência na totalidade o que mudava era a forma de abordá-los (MARCELLOS; ARAUJO, 2011).

A divisão da Psicologia em Experimental e Psicologia dos Povos por Wundt também era um reflexo das contradições que marcaram a constituição do conceito de subjetividade e a oposição entre objetividade e subjetividade. A Psicologia dos Povos de Wundt, visava estudar os processos superiores da mente, a subjetividade complexa relacionada às experiências com fenômenos sociais e coletivos que escapavam do controle experimental, como a cultura, linguagem, religião, ética e sociedade. Segundo Wundt os fenômenos sociais formariam processos mentais superiores temporalmente, ou seja, uma certa mentalidade compartilhada por uma comunidade, como a língua, religião, cultura (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

O Funcionalismo fundado pelo norte americano William busca a objetividade e o pragmatismo. Seu foco de estudo é a consciência e a compreensão de seu funcionamento, enquanto o homem a usa para adaptar-se ao meio. O funcionalismo busca responder “o que fazem os homens” e “porquê o fazem”, atribuindo à consciência, ou seja, a subjetividade, uma funcionalidade e um dinamismo pragmáticos. O Estruturalismo, fundado por Titchener, também busca compreender a consciência. Mas, seu foco é nos aspectos estruturais, os estados elementares da consciência como estruturas do sistema nervoso central. Esta corrente se utiliza do mesmo método de Wundt, o introspeccionismo, com experimentos feitos em laboratório (BOCK; FACCI, 2002).

O behaviorismo fundado por Watson passa a utilizar critérios de objetividade não apenas para o estudo do objeto, mas para sua definição. Essa abordagem conseguiu dar uma definição concreta à subjetividade, permitindo a sua observação e mensuração a partir da noção de comportamento. O que foi importante para fazer a Psicologia obter a posição de ciência. Assim, em vez de estudar a consciência, o behaviorismo estuda o comportamento, o único aspecto da subjetividade que pode ser analisado de maneira objetiva. Watson buscava a construção de uma Psicologia sem alma e sem mente, livre de conceitos mentalistas e de métodos subjetivos, e que pudesse prever e controlar (BOCK; FACCI, 2002).

O cognitivismo submete a subjetividade à cognição utilizando métodos de estudo objetivistas. Ele estuda a cognição humana, como os seres humanos processam a informação e como adquirem conhecimento. A cognição é formada por um conjunto de processos psicológicos como memória, pensamento, linguagem, atenção, percepção entre outros. Existem inúmeras teorias dentro do cognitivismo, incluindo autores como o Piaget, Wallon, Ausubel entre outros. O cognitivismo critica a ideia do behaviorismo da aprendizagem como resultado do condicionamento dos indivíduos e defende um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento (NEUFELD; BRUST; STEIN, 2011).

A gestalt influenciada pela fenomenologia, redefine a noção de consciência e propõe o foco no subjetivo ao questionar a ideia de uma objetividade sem o sujeito. Segundo a fenomenologia, a consciência é sempre consciência de algo. Existe uma intencionalidade nela, pois não apreendemos o mundo como ele é, mas como os objetos são interpretados pela nossa consciência. A fenomenologia é o estudo dos fenômenos como eles se apresentam à consciência. Segundo Husserl a consciência

seria mais uma dinâmica entre Sujeito e Objeto, um fluxo que não tem uma forma concreta. Toda a consciência é absoluta, existindo apenas o que é exterior a ela, todo objeto está inserido na experiência da consciência. A intuição, a percepção, a imaginação, a memória, os sentimentos, os sonhos são algumas formas pelas quais a consciência se dirige aos objetos (FRAZÃO; FUKUMITSU, 2013).

A psicanálise mistura várias influências, mas acaba por enfatizar uma subjetividade submetida ao inconsciente. Segundo essa teoria, o psiquismo é formado por instâncias conscientes e inconscientes. Estes elementos inconscientes dos quais as pessoas não têm conhecimento determinam a maioria da sua conduta. A sexualidade está no centro da vida psíquica, os sintomas e sofrimentos psíquicos são causados devido a conflitos sexuais que se iniciam na infância e ficam reprimidos no inconsciente. O trabalho psicanalítico busca decifrar o inconsciente e integrar seus conteúdos na consciência. Desta forma, o sujeito para a Psicanálise é dividido em consciente e inconsciente, não tendo completo domínio de si. O que se opõe ao ideal científico e objetivista do sujeito guiado pela razão (BOCK; FACCI, 2002).

A separação entre objetividade e subjetividade dentro destas correntes psicológicas gera uma naturalização tanto dos aspectos subjetivos quanto dos aspectos objetivos, como se estes aspectos fossem independentes, resultando em um reducionismo. As abordagens psicológicas objetivistas subordinam o sujeito a uma realidade externa a ele, resultando em uma subjetividade que se reduz ao comportamento observável e seus aspectos cognitivos e emocionais. Já nas teorias subjetivistas, sujeito e subjetividade são vistos como autônomos e absolutos, resultando em uma subjetividade impedida de se realizar devido à realidade e a sociedade. De toda forma, nestas abordagens predomina a noção de um sujeito liberal, com a responsabilidade por seu crescimento e por sua saúde psicológica, dotado de capacidades e de um potencial inato, ilimitado e natural (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Capítulo 1.3 - A concepção de subjetividade segundo a Psicologia Sócio-Histórica e sua relação com o trabalho

A Psicologia Sócio-Histórica, inspirada na obra de autores como Vigotsky, Leontiev e Luria, propõe uma crítica a essa separação entre objetividade e

subjetividade, rompe radicalmente com este modelo e propõe uma nova Psicologia. Esta abordagem parte de uma concepção que entende a relação entre objetividade e subjetividade como uma relação dialética marcada pela contradição, uma unidade de contrários em movimento de transformação constante. Ela tem como base o método do materialismo histórico dialético marxista que se opõe a visão liberal de sujeito e entende o homem como ser social e histórico. Segundo esta concepção, não há um Homem universal e que se realize individualmente. O sujeito é um ser concreto determinado pela realidade social e histórica, ao mesmo tempo, em que é ativo na mudança desta realidade através da ação coletiva. Sujeito e subjetividade são produções históricas que se relacionam de forma dialética com a realidade objetiva (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

Segundo Leontiev (1978/2004) a subjetividade é constituída através da apropriação da cultura humana, material e simbólica produzida e acumulada ao longo da História. Deste modo, o homem só se humaniza ao se apropriar do mundo e sua subjetividade é constituída nessa relação de troca entre o mundo externo e interno, em uma relação dialética entre objetividade e subjetividade. “O homem é um ser de natureza social, que tudo o que tem de humano nele provém de sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade” (LEONTIEV, 1978/2004, p. 279).

Como vimos, a Psicologia Sócio-Histórica utiliza o método do materialismo histórico dialético marxista e, conseqüentemente, também se inspira na concepção de subjetividade de Marx. Embora o autor seja muito lembrado nas ciências sociais e economia, a Psicologia ainda tem dificuldade em incorporar suas ideias. Em uma de suas primeiras obras, “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx procura entender no que consiste a essência humana. A resposta que ele encontra é que o conteúdo da essência humana reside no trabalho. Ele conclui, que a existência humana, não é dada pela natureza, mas é produzida pelos próprios homens através do trabalho. Esta é uma ideia que ele aprofunda e investiga de modo científico no decorrer da sua obra (SAVIANI, 2004).

Segundo Saviani (2004), para Marx o trabalho é a essência do homem e é através dele que se constitui a subjetividade humana. Diferente dos animais que se adaptam à natureza para sobreviver, o homem modifica a natureza para atender às suas necessidades, e ao modificá-la ele também se transforma. Esta ação de transformar a natureza é o que Marx chama de trabalho. Assim, enquanto a

essência dos animais é determinada pela natureza, o homem produz sua própria existência através do trabalho. Assim, a subjetividade humana é resultado das relações sociais de produção sendo construída através do trabalho. Como Marx (1845/1998, p. 101) afirma “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em realidade, é o conjunto das relações sociais”.

Conforme Luria (1985), a atividade consciente do homem se diferencia dos animais devido a dois fatores: o trabalho social e o desenvolvimento da linguagem. A atividade humana não se limita à satisfação das necessidades biológicas sendo caracterizada pelo trabalho dividido socialmente, o trabalho social. Segundo Vigotsky (1984), para realizar o trabalho o homem desenvolveu instrumentos e signos, elementos que fazem a mediação da relação do homem com o mundo. O instrumento é um recurso físico, um mediador externo, que o homem utiliza como auxílio para realizar um trabalho, por exemplo, uma ferramenta, uma lança, uma pedra. O signo é como um instrumento psicológico, um mediador interno que auxilia o homem a realizar seu trabalho através do controle das suas próprias ações psicológicas ou da ação de outros indivíduos. A linguagem, os números, a escrita, a arte, são exemplos de signos.

O surgimento da linguagem está relacionado à construção dos instrumentos, pois para criar uma ferramenta de trabalho é necessário primeiro conceitualizar simbolicamente seu uso, exigindo uma atividade consciente. A linguagem se constitui como um fator fundamental na formação da consciência humana ao permitir a formação do pensamento abstrato, simbólico e da imaginação. Deste modo, a consciência humana surge através do desenvolvimento do trabalho social e da linguagem. O conhecimento adquirido pela humanidade vai sendo transferido de geração a geração através da linguagem e da cultura sendo apropriado pelo homem através do trabalho. O sujeito desenvolve as características humanas à medida que internaliza o trabalho social e o modo de pensar e agir da sociedade a qual está inserido (LURIA, 1985). “Cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 1978/2004, p. 285).

Para Vigotsky (1931/2000), tanto a constituição da personalidade quanto as funções psicológicas superiores humanas têm sua origem nas relações sociais. O sujeito se constitui a partir do outro em um contexto sócio-histórico e cultural. O

comportamento de um adulto culturalizado é resultado de dois processos distintos do desenvolvimento psíquico: um processo biológico e um processo histórico. As funções psicológicas superiores (memória, consciência, linguagem, pensamento, emoção, etc) se desenvolvem através da internalização das construções sociais. “Todas as funções psíquicas superiores são relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade. Sua composição, estrutura genética e modo de ação, em uma palavra, toda sua natureza é social” (VIGOTSKY, 1931/2000, p. 15). Toda função superior aparece em dois planos, primeiro um interpsicológico (nas atividades coletivas e sociais) e depois um intrapsíquico (como propriedades internas do pensamento). Ou seja, primeiro aparece no plano externo, nas atividades sociais, e depois é internalizado (AITA; FACCI, 2011).

As funções psicológicas superiores se desenvolvem através de um sistema dinâmico e interfuncional, o curso de desenvolvimento de cada uma das funções e das relações entre elas não é linear e uniforme. Existe uma dinâmica psíquica instituída pela especificidade de cada função e pelo papel que desempenham nas atividades realizadas ao longo do desenvolvimento do indivíduo (VIGOTSKY, 1995). Conforme Vigotsky e Luria (1930/1996), na primeira etapa do desenvolvimento cultural a criança não sabe utilizar signos culturais para intervir no meio, agora ela mobiliza suas funções psicológicas elementares e inatas em um processo natural. No segundo momento do desenvolvimento cultural, a criança começa a apreender os instrumentos e signos construídos socialmente através da mediação de um adulto. O processo natural começa a se converter em cultural. Posteriormente, a criança começa a internalizar a cultura e seus signos construídos socialmente e desenvolve as funções psicológicas superiores, caracterizando o terceiro momento do desenvolvimento cultural.

Capítulo 1.4 - Subjetividade, trabalho e alienação

Deste modo, o homem se humaniza através da apropriação da cultura e do trabalho. Mas, uma vez que para Marx o trabalho humano no modo de produção capitalista é alienado, a subjetividade humana também se expressa de forma alienada. A alienação é um dos conceitos fundamentais na obra de Marx e é essencial também para compreendermos a subjetividade moderna e contemporânea. Este conceito assume diversos significados no decorrer da História.

O termo alienação já aparecia no século XII, na Idade Média, e significava um estado de transfiguração da mente, de êxtase (SAVIANI, 2004). Atualmente, a alienação é um conceito muito usado no vocabulário do Direito (alienação de bens, alienação parental) e está relacionada a transferência de bens para outra pessoa ou privação e abandono de um direito. Dentro da Psicologia e da Psiquiatria também temos o uso do termo alienação mental associado a doenças psíquicas e a loucura.

Em alemão, língua materna de Marx, não há uma palavra única para designar o sentido de alienação e este conceito pode significar no sentido positivo “tornar outro”, isto é, objetivar. Ou seja, o processo de produção por meio do qual o homem cria um mundo objetivo, material, através do trabalho. No seu sentido negativo significa “apropriado por outro”, designando o processo pelo qual os produtos do trabalho se tornam estranhos ao trabalhador e, apropriados por outro, se voltam contra o seu criador (SAVIANI, 2004).

Para Hegel, filósofo alemão que inicialmente serviu de base para as análises de Marx, a alienação é mais utilizada no sentido positivo, sendo tida como parte constitutiva da essência humana, toda objetivação seria alienação. Marx rompe com essa ideia fazendo uma crítica à dialética hegeliana, para ele nem toda objetivação é alienada, e seu conceito de alienação está mais associado ao sentido negativo dentro do vocabulário alemão. Segundo Saviani (2004, p. 29), a alienação para Marx significa “àqueles que não têm consciência de sua própria situação, que não se sabem como sujeitos da história, aqueles que perderam sua condição de sujeitos de seus próprios atos, de suas próprias obras”. Para Marx, a alienação é um fenômeno social com raízes históricas e decorrente da divisão do trabalho e implantação do modo de produção capitalista (SAVIANI, 2004).

Nas sociedades escravista e feudal as relações sociais eram transparentes, o escravo era de fato e por direito propriedade do senhor, o servo também estava submetido ao senhor feudal. Entretanto, no capitalismo as relações sociais são mascaradas, o mercado apresenta proprietários que são aparentemente iguais, mas sob a aparência da liberdade o que se instala é a escravização e submissão do trabalho ao capital (SAVIANI, 2003).

No capitalismo as relações sociais entre os homens se apresentam como uma relação entre coisas. Pois, o trabalhador passa a vender tanto sua força de trabalho como o resultado do seu trabalho como mercadoria. E o valor desta mercadoria passa a ser determinado pelo seu valor de troca que é socialmente definido, de

modo que o trabalhador perde o controle sobre o valor do seu próprio trabalho. Assim, as relações entre as pessoas passam a ser relações entre coisas e o valor de troca é que determina a qualidade e a vontade de cada um. Isso é o que Marx chama de “fetichismo da mercadoria”, uma característica do trabalho no capitalismo causada pela alienação do trabalho. Devido ao fetichismo o indivíduo se coisifica e sua subjetividade fica empobrecida (DUBOC; DURIGUETTO, 2019).

A própria necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de valor de troca, no dinheiro, e o fato de que só nessa forma coisal adquirem e comprovam seu poder social, demonstra duas coisas: 1) que os indivíduos produzem tão somente para a sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é imediatamente social, não é o resultado de associação que reparte o trabalho entre si. Os indivíduos estão subsumidos à produção social que existe fora deles como uma fatalidade; mas a produção social não está subsumida aos indivíduos que a utilizam como seu poder comum (MARX, 2011, p. 106).

No trabalho alienado o homem não se reconhece mais no seu trabalho, é uma atividade esvaziada ou empobrecida de sentido. Assim, a alienação ocorre tanto no plano objetivo, como no subjetivo. Uma essência alienada é uma essência “negada nas relações reais que os homens mantêm com os produtos de sua atividade, com sua própria atividade e com os outros homens” (SAVIANI, 2004, p. 28).

Compreender o trabalho alienado permite-nos entrever três grandes rupturas fundamentais para a vida e a saúde, operadas desde o século XVIII, como vimos: a ruptura nas relações dos homens com a natureza, a ruptura dos laços dos homens entre si e, também, do homem consigo mesmo (FRANCO, 2012, p. 179).

Ao longo deste capítulo podemos compreender o que é subjetividade, como a construção deste conceito está associada ao trabalho e ao desenvolvimento do capitalismo e como a organização do trabalho impacta na constituição da subjetividade. Assim, compreender as relações de trabalho hoje é compreender o sujeito. A Psicologia Sócio-Histórica nos permite fazer uma análise mais aprofundada destas relações, pois parte da concepção de homem como ser social e histórico formado pelo conjunto das relações sociais, influenciada pelo método do materialismo histórico dialético e a concepção de subjetividade de Marx. Agora que compreendemos a relação entre subjetividade e trabalho, no próximo capítulo iremos entender como é a organização do trabalho hoje, o que é a uberização do trabalho e qual o perfil do trabalhador uberizado.

CAPÍTULO 2 - CAPITALISMO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI E UBERIZAÇÃO

2.1 - Transformações na organização e sentido do trabalho dentro do capitalismo e a nova morfologia do trabalho no século XXI

No capítulo anterior compreendemos a construção do conceito de subjetividade e a sua relação com trabalho e o modo de produção capitalista. Neste capítulo vamos analisar qual a nova morfologia do trabalho no século XXI, o que é uberização do trabalho e qual o perfil do trabalhador uberizado. Para isso, primeiramente faremos uma breve contextualização histórica sobre as mudanças que ocorreram na organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista do século XVIII até os dias atuais. Depois analisaremos as novas morfologias do trabalho no século XXI e como é a nova classe trabalhadora atual, o que é o processo de uberização e qual o perfil do trabalhador uberizado no Brasil.

O trabalho é uma atividade essencial para a existência e desenvolvimento da Humanidade e como ele é entendido e organizado se modifica no decorrer da História. Na Antiguidade o trabalho tinha diversos sentidos, muitas vezes contraditórios. Para a filosofia antiga o trabalho era compreendido tanto como expressão de vida, criação, atividade vital quanto como degradação, infelicidade, servidão. No seu lado positivo era visto como um momento de catarse, e no seu lado negativo era visto como um sacrifício (ANTUNES, 2005).

Com o passar do tempo, o trabalho passou a ser visto como um momento de punição e sofrimento. A origem da palavra trabalho na língua portuguesa deriva do termo em latim *tripalium*, que significa um instrumento de tortura romano. Na Idade Média, o trabalho era visto como um caminho para o paraíso e a salvação celestial, associado à ideia de martírio e salvação. Segundo São Tomás de Aquino, teólogo medieval, o trabalho era um ato moral digno de honra e respeito (ANTUNES, 2005).

Na Modernidade, Marx (1985a, p. 188) define:

O trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem medeia, regula e controla a sua troca material com a Natureza através da sua própria acção. Ele faz face à própria matéria da Natureza como um poder da Natureza. Ele põe em movimento as forças da Natureza que pertencem à sua corporalidade — braços e pernas, cabeça e mão — para se apropriar da matéria da

Natureza numa forma utilizável para a sua própria vida. Ao actuar, por este movimento, sobre a Natureza fora dele e ao transformá-la transforma simultaneamente a sua própria natureza.

Assim, podemos observar que o trabalho assume diversos sentidos, tanto positivos quanto negativos, que vão se alterando historicamente. Do mesmo modo, a forma e organização do trabalho vai se transformando em um processo social e histórico, gerando impactos não só na economia, mas também na cultura, política, subjetividade e na sociedade na sua totalidade.

Até a Idade Média predominava uma economia de subsistência e o trabalho era voltado para atender as necessidades imediatas de sobrevivência. A agricultura era a principal atividade econômica. O camponês, apesar de, na maioria das vezes, não ser proprietário da terra em que vivia, tinha posse dos meios de produção e controlava o seu próprio trabalho. Neste período, o trabalho não era considerado instrumento de ascensão social, pois a posição do indivíduo na sociedade era determinada pela vontade divina e esta ordem natural não deveria ser perturbada. A hierarquia social era rígida e baseada na tradição. No final da Idade Média, com a expulsão das pessoas do campo, privatização da propriedade e dos meios de produção, desenvolvimento do comércio e o crescimento das cidades, criam-se as condições para o surgimento do capitalismo e de uma nova classe, a burguesia (ARAÚJO; SACHUK, 2007).

O modo de produção capitalista se transforma historicamente alterando seu modo de organização do trabalho e da produção visando perpetuar e manter a sua hegemonia. Com a crise do feudalismo, inicia-se a primeira fase do capitalismo entre os séculos XIV e XVII, conhecida como capitalismo comercial. Neste período, o sistema de produção que predominava era a manufatura. O trabalho era feito de modo artesanal e manual, o trabalhador era dono da oficina ou trabalhava para algum comerciante que lhe pagava um salário e fornecia ferramentas e matéria-prima (SILVA, 2007).

Uma vez que manufatura é um trabalho feito manual e artesanalmente, é necessário um trabalhador especializado e experiente. Por isso, o número destes trabalhadores era limitado, o que permitia que eles tivessem um certo poder para negociar com o proprietário e também diminuía o processo de redução do valor da força de trabalho e dos salários. Além disso, neste modelo é o trabalhador quem

impõe o ritmo de trabalho, dificultando o aumento da produtividade (TEIXEIRA; SOUZA, 1985).

Com a Revolução Industrial, que aconteceu no século XVIII, inicia-se a fase do capitalismo industrial. Com a inserção da máquina na produção de mercadorias, o trabalhador perdeu o domínio sobre a sua própria produção, reduzindo a sua capacidade de pensar e criar, o que resultou em um empobrecimento subjetivo do trabalho. Segundo Teixeira e Souza (1985, p. 67) “a divisão do trabalho, que anteriormente se dava em função das características do homem, passa a ter como base as características das máquinas”. Assim, o trabalhador deixa de ser uma figura ativa do processo de trabalho, e se torna um mero “órgão consciente” da máquina (WOLFF, 2009).

Uma das condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista que permitiu o processo de industrialização foi o surgimento do trabalho assalariado. Com a expropriação das terras e dos meios de produção, no final da Idade Média, o trabalhador teve que passar a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Deste modo, a força de trabalho se torna uma mercadoria e o próprio trabalhador passa a ser visto como mercadoria (TEIXEIRA; SOUZA, 1985). O que resulta nos fenômenos de reificação, em que as relações entre as pessoas se tornam relações entre coisas, e de fetichização da mercadoria, em que a relação entre os homens se torna uma relação econômica.

Outra consequência da transformação do trabalho vivo em trabalho assalariado e da separação do trabalhador de seus meios de produção, é o surgimento do trabalho abstrato. Decorrente do trabalho assalariado, o trabalho abstrato é aquele que, seguindo a lógica da produção capitalista, abstrai as qualidades do trabalho vivo para proceder sua transformação em mercadoria, cujo consumo gera valor e mais-valia. Assim, o trabalho assalariado/abstrato promove uma cisão do homem com a natureza, consigo mesmo e com os outros. Deste modo, a lógica do salário reduz o trabalho à busca pela sobrevivência. O que priva o trabalho de sua dimensão humana, resultando no processo de alienação, descrito por Marx que falamos no capítulo anterior. Desta forma, no capitalismo o trabalho deixa de ser fonte de constituição e realização humana e passa a ser elemento de desumanização e alienação (ANTUNES, 2009).

Com a industrialização, a produtividade passou a ser controlada pela máquina e não mais pelo ser humano, o que gerou uma redução no tempo e nos custos da

produção, aumento na jornada de trabalho e diminuição do valor da força de trabalho e salários. O que refletiu em um aumento dos lucros. Visando expandir o capital, os proprietários passaram a buscar formas de reduzir ainda mais os custos e aumentar a produção. Foi neste contexto que no final do século XIX surgiu o Taylorismo, um método de administração científica que busca aumentar a produtividade do trabalho por meio da padronização das atividades que o compõem; contenção dos custos operacionais e melhor aproveitamento do tempo de execução do trabalho. Com o Taylorismo o trabalhador começou a ser rigidamente controlado pela administração e passou a executar apenas uma mesma tarefa dentro da linha de produção, repetidamente, sem conhecimento do resto da cadeia produtiva (TEIXEIRA; SOUZA, 1985).

Com a implantação do Taylorismo o trabalho passa a ficar sobre a posse do capital. Segundo análise de Teixeira e Souza (1985), Marx, em sua obra, O capital, defende que o processo de trabalho na sociedade capitalista ocorre sob o controle do capital e os processos de produção são transformados continuamente visando a acumulação de capital. A subdivisão e fragmentação do trabalho permitem a possibilidade de crescente extração da mais-valia. Assim, com a administração científica a adaptação do trabalho às necessidades do capital ganha um caráter de ciência. Isso fica claro, pela própria ideia de prosperidade defendida por Taylor que associa prosperidade ao máximo de produção (RIBEIRO, 2015).

No início do século XX, Henry Ford aperfeiçoou o Taylorismo e o adaptou para suas indústrias automobilísticas. O fordismo é caracterizado pela racionalização do trabalho, controle do tempo e do corpo do trabalhador, produção em massa, grandes estoques, uso de linhas de montagem e especialização do trabalho. A criação da máquina a vapor, o uso da energia elétrica e o desenvolvimento do Taylorismo e Fordismo marcaram a Segunda Revolução Industrial. Ao longo dos séculos XIX e XX, a classe trabalhadora era predominantemente associada à ideia de trabalhadores manuais, fabris, e seguia os moldes de produção fordista e taylorista (ANTUNES, 2009).

O taylorismo e o fordismo são muitas vezes utilizados como sinônimos, pois estes modelos se complementam e mudaram a forma de produzir e viver da sociedade. A principal diferença entre ambos é que o taylorismo decompõe tarefas e as distribui entre os trabalhadores, enquanto o fordismo recompõe as tarefas, fixando os trabalhadores nos seus postos e os coloca em um ritmo de trabalho como

se fossem máquinas humanas. O taylorismo-fordismo resulta na separação entre trabalho intelectual e manual, intervenção mínima do operário no processo de produção e redução da qualificação e do conhecimento necessário do trabalhador. São as características das atividades na produção que definem o que tem que ser feito, assim o trabalho se reduz a realizar tarefas repetitivas e que demandam pouco conhecimento (FELIZARDO, 2017).

Na década de 1970 o modelo taylorista-fordista entra em declínio, gerando a crise no padrão de acumulação do capital que deu início ao processo de reestruturação produtiva em escala global e a entrada na fase do capitalismo financeiro. Nesta fase, a lógica industrial de obtenção de mais-valia através da produção e comercialização de mercadorias deixa de ser a maior fonte de lucro, que passa a ser advindo das aplicações no mercado financeiro e em investimentos (FERREIRA; VICENTE, 2016)

Esta nova fase do capitalismo e de reestruturação do capital é marcada pela globalização, inserção do neoliberalismo, privatizações de estatais, desregulamentação dos direitos trabalhistas, entrada na era da acumulação flexível e do modo de produção toyotista. Este modo é caracterizado pela produção sob demanda, diversificada e com estoque mínimo, pelo trabalho em equipe e polivalente, em que um trabalhador executa múltiplas tarefas simultaneamente, processo produtivo flexível, redução do tempo e terceirização da produção (ANTUNES, 2009)

Sobre a dimensão organização do trabalho, o sistema Toyota possui como principais pontos a eliminação rígida das tarefas, contudo, exigia-se um longo treinamento a fim de aperfeiçoar o indivíduo nas funções (multivariada de funções), a valorização da experiência do trabalhador, a eliminação da especialização nas tarefas, uma organização horizontal, o trabalho em grupo, o envolvimento do trabalhador com os objetivos da empresa, a eliminação dos níveis hierárquicos, a não distinção entre executivos e não executivos, e gestão participativa. Esta é a era das organizações flexíveis, em que impera o "flexitempo", pelo qual os turnos fixos são substituídos por pessoas trabalhando em horários distintos (SOUZA ; DOS SANTOS, 2016, p. 198)

Essa associação entre o toyotismo, tecnologias industriais e mobilidade do capital entre países ou regiões caracteriza a acumulação flexível, sendo o Toyotismo também chamado de modelo de acumulação flexível. Este modelo produziu

alterações na organização do trabalho produtivo em um processo conhecido como reestruturação produtiva (FELIZARDO, 2017).

Segundo Ricardo Antunes (2018) o modelo de acumulação flexível ou Toyotismo é caracterizado pela produção diretamente vinculada à demanda e se estrutura em um processo produtivo flexível, em que o trabalhador opera simultaneamente várias máquinas, diferente do taylorismo/fordismo. Esse modelo tem como princípio o just-in-time, ou seja, a produção deve ser realizada no menor tempo possível e os estoques devem ser os menores possíveis, o que também difere do fordismo. Além disso, neste modelo a maioria da produção é terceirizada e cada parte pode ser produzida em um local diferente do mundo. Deste modo, segundo o autor, este modelo é caracterizado pela flexibilização, terceirização, subcontratação, círculo de controle de qualidade total, kanban, just-in-time, eliminação do desperdício, “gerência participativa”, sindicalismo de empresa, entre outros.

Entre as décadas de 1970 e 1980, com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), como o computador, telefone, internet, ocorreu uma revolução tecnológica que marcou o início da Terceira Revolução Industrial. A informática, a automação e a entrada na era digital trouxeram profundas transformações para o mundo do trabalho. Com a diminuição da mão de obra fabril e o avanço da máquina e do mundo informacional-digital, na década de 1980 ganhou força a tese do fim do trabalho e do proletariado. Segundo essa tese, o trabalho humano ou vivo estaria próximo do seu fim e seria substituído pelo maquinário informacional-digital (ANTUNES, 2018).

Entretanto, segundo Antunes (2018), ao contrário da eliminação do trabalho humano vivo pelo maquinário digital, estamos presenciando a expansão do novo proletariado da era digital. Atualmente as empresas buscam maximizar seus lucros transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização da produção, redução dos custos e tempo, além de flexibilizar os contratos de trabalho. O trabalho estável e mais regulamentado herdeiro do modelo fordista/taylorista vem sendo substituído por uma nova morfologia que abrange as mais diversas formas da informalidade, como a terceirização, o cooperativismo, o empreendedorismo e mais recentemente o processo de uberização do trabalho.

Em comum, nesse conjunto de formas assumidas pelo trabalho, pode-se observar a erosão dos empregos associada à corrosão dos direitos do trabalho. Desse

modo, a terceirização, que no passado recente era a exceção (existente principalmente nos setores de limpeza, segurança e transporte de trabalhadores), vem se tornando a regra.

A resultante dessa irrazão instrumental é límpida: a informalidade se expande em todas as partes do mundo e a terceirização constitui-se em um dos seus principais mecanismos. Os trabalhadores e trabalhadoras, suas principais vítimas, veem aumentar ainda mais os níveis de precarização. (...) Proliferam, por exemplo, no mundo da máquina informacional-digital, presente nas TICs (que invadiram especialmente o setor de serviços agora quase todo mercadorizado), os mais distintos e diversificados modos de ser da informalidade (cujos contratos desconsideram os direitos e a regulamentação social protetora do trabalho), aumentando a precarização (que, repetimos, é um processo no qual as condições de trabalho podem ser sempre mais intensificadas) (ANTUNES, 2018, p. 196-197).

Estas novas modalidades de trabalho fazem parte de um processo de precarização estrutural do trabalho que teve início com a reestruturação produtiva da década de 70 e que se intensificou com a crise financeira de 2008. Deste modo, a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram os pilares da nova morfologia do trabalho no século XXI (ANTUNES, 2018).

2.2 - O capitalismo no Brasil, os impactos da reestruturação produtiva e da nova organização do trabalho

No Brasil, também podemos ver esse processo de reestruturação do capital e a nova morfologia do trabalho. Segundo Antunes (2014), o capitalismo brasileiro se desenvolveu de forma tardia e teve seu primeiro salto no processo de industrialização com o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930. Durante o século XX o país passou por um processo de acumulação industrial, a indústria brasileira tinha um caráter fortemente estatal e nacionalista. Com o governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1950, o padrão de acumulação industrial do país deu seu segundo salto. E com o golpe militar de 1964, ocorreu o terceiro salto quando os processos de industrialização e internacionalização do Brasil se expandiram fortemente.

A produção do Brasil se dividia em duas frentes: de um lado era voltada para um mercado interno restrito e se focava nos bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos; do outro lado, era voltada para a exportação tanto

produtos primários quanto industrializados. Internamente, havia um processo de superexploração da força de trabalho, caracterizado por salários baixos, aumento no ritmo de produção e da jornada de trabalho. Esse padrão gerou altas taxas de acumulação de capital, principalmente no período entre 1968 e 1973, que ficou conhecido como “milagre econômico” (ANTUNES, 2014).

Na década de 1980, com o fim da ditadura militar e início do governo Sarney, esse padrão de acumulação centrado na tríade, setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional, começou a mudar. Embora, muitos dos seus traços ainda se mantêm até hoje. No fim da ditadura militar e durante o período Sarney, o Brasil ainda se encontrava distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal que já estava em curso nos países capitalistas centrais (ANTUNES, 2014).

Foi a partir de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, que se intensificou o processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo entrou em ascensão no Brasil. Com isso, novas formas de organização do trabalho foram adotadas. Foi nessa época que as privatizações no setor estatal se intensificaram, o que desorganizou o tripé que sustentava a economia brasileira formado pelo capital nacional, estrangeiro e estatal. Devido a isso, o parque produtivo brasileiro, principalmente o setor industrial, sofreu mudanças significativas. Áreas como a energia elétrica, as telecomunicações, o setor bancário, que antes tinham forte presença estatal, passaram para o capital privado. Foi neste período que ocorreu a expansão dos *call centers*, no Brasil devido à privatização do setor de comunicação. (ANTUNES, 2018)

A partir deste momento, o Brasil sofreu um intenso processo de reestruturação produtiva, que combinou elementos herdeiros do fordismo com elementos da acumulação flexível, visando atingir os interesses do capital financeiro e do ideário neoliberal. As consequências deste processo foram a ampliação da flexibilização, da informalidade e da precarização da classe trabalhadora brasileira. E formação de um capitalismo brasileiro com características bem específicas.

O capitalismo brasileiro constituiu-se como um capitalismo hipertardio, dependente, de extração colonial-escravista e via prussiana, no qual, historicamente, o moderno se articulou com o arcaico, e o primado da iniciativa privada se impôs sobre a dignidade da pessoa humana e os direitos sociais dos trabalhadores. Na verdade, está inscrito no DNA do capitalismo brasileiro o modo oligárquico-patrimonialista

de organização da exploração da força de trabalho, com a “Casa Grande” continuando a ser movida insaciavelmente pela busca desenfreada de lucros (o que explica a ânsia da terceirização como estratégia de rebaixamento salarial e espoliação de benefícios trabalhistas). Ao mesmo tempo, a nova etapa histórica do capitalismo flexível reforça – afirma e valida – o traço estrutural do capitalismo brasileiro salientado acima (ALVES, 2014, p. 99-100).

No estágio atual do capitalismo brasileiro, a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, com a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho, coexistem com o fordismo, que ainda aparece em vários ramos produtivos e de serviços, como o serviço de telemarketing, que atualmente é uma das principais portas de entrada no mercado de trabalho no país. Assim, as novas formas de exploração do trabalho, combinadas com um relativo avanço tecnológico e o enorme mercado consumidor do país, são elementos centrais do capitalismo no Brasil (ANTUNES, 2014).

2.3 - A nova classe trabalhadora atual

O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação (TIC's), a partir da década de 1970, e expansão mundial do teletrabalho resulta em novas formas de trabalhar culminando no que Arnaldo Antunes (2018) denomina de “escravidão digital”. Com a expansão do trabalho on-line e através de aplicativos, diminui a separação entre vida pessoal e trabalho, a precarização se expande e o trabalhador passa a ter que ficar disponível o tempo todo para o trabalho, como um “escravo digital”.

Este novo proletariado digital foi o que Ursula Huws (2009) designou como cibertariado, infoproletariado ou intermitentes globais. É nesta categoria que se inclui o trabalhador uberizado com trabalhadores com contratos “zerados”, “pejotizados”, “flexíveis”, teletrabalhadores, entre outros. Segundo Braga (2015, p. 23-24), atualmente “vivemos sob a sombra do ‘preariado’, isto é, um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho.”

A classe trabalhadora atual incorpora todos aqueles sendo desprovidos dos meios de produção e que vendem sua força de trabalho em troca de salário em todas as suas distintas modalidades de inserção no mundo do trabalho, incluindo

aqueles que estão em subempregos, teletrabalhos, na informalidade e os desempregados. Segundo Antunes (2018), não fazem parte da classe trabalhadora os gestores do capital, os pequenos empresários, quem vive de juros e da especulação, e a pequena burguesia urbana e rural, detentora – ainda que em menor escala – dos meios de sua produção.

Conforme Antunes (2018), a classe trabalhadora de hoje é maior, mais heterogênea, complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX. Durante a predominância do taylorismo/fordismo, os trabalhadores também não eram homogêneos; havia homens, mulheres e jovens qualificados e não qualificados. A terceirização também era um fenômeno que já acontecia no passado, geralmente os setores de limpeza e transporte eram terceirizados. Mas, nestas últimas décadas houve uma intensificação deste fenômeno, fazendo aumentar a divisão e a heterogeneidade da classe trabalhadora.

No Brasil, com a reforma trabalhista, Lei 13.467, de 2017, houve um aumento da flexibilização das relações de trabalho. A reforma regulamentou o trabalho intermitente, modelo de contrato com carteira assinada em que o trabalhador é chamado para a atividade laboral conforme a necessidade do empregador. Além disso, ela estabeleceu que os acordos coletivos entre patrão e empregado passassem a prevalecer sobre a legislação trabalhista, aumentou a jornada de trabalho e permitiu que as férias fossem parceladas em até três vezes (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Segundo Campos (2020), de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 cerca de 39,3 milhões de trabalhadores, ou 41,6% da população economicamente ativa do Brasil, trabalhavam no setor informal. As atividades que mais concentraram pessoas em ocupações informais neste ano foram serviços domésticos (72,5%), agropecuária (67,2%) e construção (64,5%). No mesmo período também foram feitas mais de 155 mil contratações de trabalho intermitente. A população preta ou parda (47,4%) estava mais inserida em ocupações informais, em todo o país, quando comparada à população branca (34,5%). Ainda segundo os dados, em 2019, metade da população brasileira recebia 15,6% da renda total do país, enquanto 10% da população recebia 42,9% da renda do país. Os 10% com maiores rendimentos são 70,6% brancos, enquanto os 10% com menores rendimentos são compostos por 77% de população preta ou parda.

Conforme dados do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (2020), a população negra representa 54,9% da força de trabalho, 64,2% dos desocupados, 66,1% dos subutilizados e 45,3% dos postos com menos remuneração. Com esses dados podemos observar que a classe trabalhadora brasileira atual trabalha principalmente no setor informal e em aplicativos de serviços, dentre eles o mais conhecido é o da Uber.

2.4 - Uberização do trabalho, Indústria 4.0 e o perfil dos motoristas e entregadores de aplicativos no Brasil

Em 2009 foi fundada nos Estados Unidos a Uber, empresa multinacional que presta serviços de transporte privado através de um aplicativo que conecta motoristas parceiros a passageiros. Em meio a crise econômica mundial que teve início em 2008 e as altas taxas de desemprego, a empresa se expandiu rapidamente por oferecer uma oportunidade de trabalho ou renda extra. Segundo dados da Uber (2020), atualmente ela está presente em setenta e um países, cobrindo mais de dez mil cidades no mundo, possui cinco milhões de motoristas parceiros e cerca de cento e vinte e dois milhões de usuários. No Brasil, ela está presente em mais de quinhentas cidades, possui um milhão de motoristas parceiros e vinte e dois milhões de usuários.

O aplicativo da Uber funciona conectando motoristas/entregadores e os clientes, através da geolocalização de ambos e rastreamento do dispositivo por meio de conexão remota. O algoritmo do Uber faz o cálculo de tempo e distância do itinerário, duração estimada da viagem e tarifa a ser paga pelo usuário. Os motoristas são selecionados após verificação, feita através do aplicativo, do veículo, da carteira de habilitação e do histórico social da pessoa, com intuito de garantir a segurança dos passageiros e do próprio serviço. Quanto aos usuários, estes precisam apenas efetuar o cadastro na plataforma, informar dados pessoais e meios de pagamento escolhidos. Após as corridas, motoristas e passageiros se avaliam e estas avaliações determinam a permanência destes na plataforma e a distribuição das corridas. Os motoristas ganham gratificações por horas de trabalho, assim como os clientes usufruem de promoções pela solicitação frequente de corridas (NOGUEIRA, MUNIZ, 2022).

Os trabalhos realizados por aplicativos e plataformas digitais se expandiram com o surgimento da Indústria 4.0, também conhecida como a Quarta Revolução Industrial. Este modelo surgiu em 2011, na Alemanha, tendo como objetivo gerar um salto tecnológico no mundo produtivo, a partir do uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Sua proposta defende a ampliação da automatização e robotização dos processos produtivos, de modo que toda a logística empresarial seja controlada digitalmente. Utilizando tecnologias como a “internet das coisas”, a inteligência artificial, a impressora 3D, o *big data*, como condutoras de todo o processo produtivo.

A Indústria 4.0, com as mudanças ocorridas nos processos produtivos e de organização do trabalho e o surgimento de plataformas como a Uber, deram início a Economia do Compartilhamento. O seu princípio é a realização de transações diretas de produtos e serviços pessoa-a-pessoa (P2P), em que o objeto da relação é compartilhado sem mudança de proprietário (PUSCHMANN; ALT, 2016). Ou seja, as pessoas compartilham objetos ou serviços em uma espécie de “economia colaborativa”. A Uber, apesar de não se apresentar como uma empresa que faz parte deste movimento, serviu de inspiração para o surgimento de várias iniciativas que seguem essa ideia. Um exemplo é a Airbnb, uma plataforma que permite que as pessoas aluguem ou compartilhem imóveis.

Com a popularização da Uber surgiu um fenômeno social que ganhou visibilidade e vem se expandindo pelo mundo, conhecido como “uberização do trabalho”. Esta é uma tendência em curso que vem se difundindo nas relações de trabalho e incluindo diferentes setores da economia, tipos de ocupação e níveis de qualificação em um contexto global. Atualmente existem inúmeras plataformas e sites em que profissionais oferecerem seus serviços como *freelancer*. Em muitos destes espaços é possível contratar desde um eletricista até um médico, sem vínculos trabalhistas e conforme a demanda. Deste modo, o termo uberização se refere a processos que não se limitam à Uber e nem se iniciam com ela, resultantes em uma nova forma de gerenciamento e organização do trabalho (ABÍLIO, 2020).

A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho (ANTUNES, 2020, p. 1).

Este fenômeno pode ser entendido como um processo de não formalização e flexibilização do trabalho marcado pela eliminação legal dos direitos trabalhistas, legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador. Assim, faz parte do processo de uberização o papel ativo do Estado na eliminação dos direitos trabalhistas, a flexibilização do trabalho, as novas tendências de gestão e organização do trabalho, os desafios nacionais diante dos aspectos transnacionais do trabalho digital e os novos modos de subjetivação relacionados às formas contemporâneas de gestão do trabalho e neoliberalismo (ABÍLIO, 2020).

A uberização é uma tendência global de transformação do indivíduo em trabalhador autônomo disponível de modo permanente ao trabalho, desprovido de qualquer direito ou proteção trabalhista, assim como de qualquer garantia sobre sua remuneração e sobre os limites da sua jornada de trabalho. Neste modelo, o indivíduo passa a ser convocado e remunerado conforme a demanda, tornando-se um trabalhador “just-in-time”. As empresas se colocam como mediadoras, detentoras dos meios tecnológicos que permitem a promoção e o encontro entre oferta e procura de diferentes atividades econômicas. O trabalho passa a ser gerenciado pelo algoritmo do aplicativo, pelos consumidores e pelo próprio trabalhador. O controle e subordinação do trabalho ocorre de maneira racionalizada. Há uma multidão de trabalhadores disponíveis e o perfil do trabalhador, seu tempo de trabalho e sua remuneração são variáveis e indeterminados (ABÍLIO, 2020).

No caso da Uber, os motoristas têm que arcar com as despesas de manutenção do automóvel, seguros, limpeza, gasolina, alimentação, entre outros. Enquanto o “aplicativo” se apropria do mais-valor gerado sem nenhuma regulação social do trabalho. O motorista não é um funcionário ou contratado da Uber, mas um “parceiro”, não existe um processo seletivo, para aderir basta apenas preencher um cadastro e cumprir requisitos mínimos. Do mesmo modo, um motorista não pode ser demitido, pois não há uma contratação formal. Assim, a relação de trabalho não fica evidente, por isso o trabalhador perde seus direitos garantidos e passa a ter que arcar com os custos e riscos por conta própria (Antunes, 2020).

Segundo pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2021) com motoristas e entregadores de aplicativos no Brasil, quanto à classificação de raça/cor, o maior grupo racial entre os entregadores é o de negros com uma representação de 59,2%, enquanto brancos representam quase 40,0%. Em relação aos motoristas, 60,0% são negros e 38,5% são brancos. Sobre a idade, cerca de

38% dos entregadores estão na faixa dos 20 a 29 anos, enquanto para motoristas a distribuição se mantém uniforme na faixa de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, com percentuais de 27%. Uma hipótese para isso é a maior dificuldade em adquirir ou alugar um carro para que se possa trabalhar como motorista, enquanto entregadores costumam usar moto ou bicicletas, meios de transporte mais baratos.

Quanto à análise de gênero, entre os entregadores 94,94% são homens e 5,06% são mulheres, entre os motoristas, 95,15% são homens e 4,85% são mulheres (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021). Segundo dados da Uber, as mulheres representam apenas 6% dos 600 mil motoristas cadastrados. Algumas hipóteses para esta baixa adesão feminina é a questão da segurança pessoal, o medo de assaltos, riscos de assédio, ofensas e desconfianças às quais essas trabalhadoras estão expostas. Outro ponto é a dupla jornada de trabalho que as mulheres enfrentam tendo que conciliar o trabalho com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos (INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO E ESTUDOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE, 2020).

Em relação à escolaridade, 48,06% dos entregadores possuem ensino médio completo e 3,24% possuem ensino superior completo. Entre os motoristas, 45,93% tem ensino médio completo e 6,99% tem ensino superior. Quanto a remuneração, a renda média nacional dos entregadores encontrada foi de R\$ 1.508,02, entre os motoristas o valor médio foi de R\$ 1.888,95. A Bahia foi o estado com menor rendimento médio para os entregadores, cerca de R\$ 754,07, São Paulo foi o estado com maior média, R\$ 2.004,56. Entre os motoristas o Rio Grande do Norte ficou em última posição com uma média de rendimento de R\$ 1.013,52 e o Distrito Federal ficou em primeiro lugar com renda média de R\$ 2.393,07 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021).

Em pesquisa realizada por Greggo (2022), com 104 motoristas brasileiros que trabalham para a Uber no estado de São Paulo, metade dos motoristas responderam trabalhar onze horas ou mais por dia e 96 (92,3%) trabalham entre cinco a sete dias na semana. Devido à jornada de trabalho extensa, 38 (36,5%) dos motoristas referiram que sua convivência com a familiar foi afetada. Ainda segundo a pesquisa, 41 motoristas (39,4%) relataram rodar entre 1.001 e 2.000 km por semana. Os gastos com manutenção do veículo atingem mais de R\$ 1.000 reais mensais para 78 (75%) dos motoristas.

Quanto aos aspectos positivos de seu trabalho, os participantes destacaram a

flexibilidade de horário (45%), complementação de renda ou remuneração (35%) e ausência de chefe (10%). Como aspectos negativos foram informados a falta de segurança (66%), baixa remuneração (44%), ausência de vínculo empregatício (13%) e falta de autonomia (10%). A segurança no trabalho foi informada como a maior preocupação dos motoristas, e 92 (88,5%) consideraram que seu trabalho é pouco ou nada seguro. Mais da metade 53 (51%) relatou já ter sofrido algum tipo de violência durante sua atividade e 89 (85,6%) conheciam algum(a) colega que já sofreu violência no trabalho. Sobre aos acidentes de trabalho, 32 (30,8%) afirmaram já terem sido vítimas e 84 (80,8%) conheciam algum colega que foi vítima (GREGGO, 2022).

Ao serem perguntados sobre o que poderia melhorar nas suas condições de trabalho, os participantes destacaram o valor das tarifas (66%), a segurança (63%) e ter maior autonomia (8%). A satisfação com o trabalho foi avaliada pelo próprio motorista em uma escala de 0 a 10, sendo 10 a melhor avaliação. A média obtida foi de 6,18. Considerando como aprovação uma nota acima de 6, o estudo mostrou que 64% dos motoristas estão satisfeitos com seu trabalho, apesar das dificuldades referidas nas questões anteriores (GREGGO, 2022).

Analisando estes dados podemos observar que o perfil dos motoristas e entregadores brasileiros é composto em sua maioria por homens pretos ou pardos com menos de cinquenta anos e ensino médio completo. Eles trabalham mais de onze horas por dia, gastam mais de mil reais por mês com a manutenção do carro, percorrem mais de mil quilômetros por semana, arriscam sofrer violência ou um acidente durante o trabalho e possuem baixa remuneração. Entretanto, apesar destes fatores, a maioria dos motoristas está satisfeito com sua ocupação e apontam como ponto positivo a possibilidade de fazer renda extra, a flexibilidade de horário e a falta de um chefe.

Com isso também podemos constatar as contradições que fazem parte das relações de trabalho no capitalismo. O trabalho como motorista da Uber tem como atrativo a possibilidade de ser seu próprio chefe, a liberdade de escolher seu próprio horário e de fazer sua renda de acordo com seu esforço. Mas, na realidade, estes trabalhadores ficam submetidos a cargas extensas de trabalho que prejudicam o convívio com a própria família, tem que arcar com todos os custos e riscos da sua atividade, possuem uma remuneração média que não ultrapassa dois salários mínimos com pouca autonomia sobre o que fazem. Ou seja, são trabalhadores em

condições precárias de trabalho, que se auto exploram, mas que se veem como empreendedores.

Como vimos no capítulo anterior, o trabalho impacta diretamente na constituição da nossa subjetividade. De modo que essa nova morfologia do trabalho também resulta em novos modos de subjetivação e de como o sujeito se relaciona consigo e com o mundo. Partindo dessa ideia, alguns autores da área da Sociologia do Trabalho cunharam o termo Subjetividade Precarizada, para definir esse novo tipo de subjetividade decorrente da precarização do trabalho. Esse será o tema que investigaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - A SUBJETIVIDADE PRECARIZADA, UBERIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS

3.1 - A subjetividade precarizada

Agora que já compreendemos o que é subjetividade, sua relação com o trabalho e as características da nova morfologia do trabalho no século XXI. Vamos nos aprofundar no conceito da Subjetividade Precarizada. Neste capítulo, iremos investigar o que é a subjetividade precarizada, buscaremos definir suas características, suas causas e como ela se expressa atualmente. Depois, analisaremos sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e o neoliberalismo. E para finalizar, iremos compreender seus impactos no psiquismo e a sua relação com a nova morfologia do trabalho e o atual processo de uberização.

Como vimos anteriormente, para a Psicologia Sócio-histórica o trabalho é uma das categorias fundamentais na construção da subjetividade humana. O sujeito se constitui a partir das suas relações com o outro e ao transformar o mundo através do trabalho, em um processo social e histórico. O trabalho, assim como o ser humano e a sociedade, muda no decorrer da História. No início na década de 1970, devido à reestruturação produtiva do capital e o desenvolvimento da internet e das novas tecnologias, o mundo do trabalho sofreu mudanças profundas. A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram os pilares da nova morfologia do trabalho no século XXI. Atualmente, tem se formado uma nova classe trabalhadora conhecida como “precariado”, ela é caracterizada pela falta de direitos trabalhistas, condições de trabalho precárias e renda incerta. Estas características geram uma

fragilidade na identidade do trabalhador e um enfraquecimento na sua relação com o trabalho e com os outros. Resultando no que alguns autores vêm chamando de subjetividade precarizada ou precariedade subjetiva. A socióloga francesa Danièle Linhart (2014, p. 45-46) define este conceito como:

É o sentimento de não estar em casa no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não se arriscar física e moralmente [...] É o sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis) nem aos colegas de trabalho que se esgarçam com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir o seu posto. (...) O resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (comodamente chamada de estresse).

Desta forma, com a precarização objetiva das condições laborais, o trabalhador não se apropria do trabalho como um espaço seu, não tem controle sobre o ele e nem consegue estabelecer relações com os outros dentro dele. Resultando em um sentimento de abandono, impotência e no surgimento de uma subjetividade precarizada. A precariedade se expressa tanto de forma objetiva, nas condições materiais do trabalho, quanto de forma subjetiva, no sofrimento produzido pelo trabalho moderno.

A subjetividade precarizada constitui-se, dessa maneira, não somente como um epifenômeno das condições materiais e sociais, mas igualmente como uma forma específica de subjetivação em um mundo do trabalho precarizado. Uma subjetivação impotente, com falta de poder de agir, que apreende a si mesma no medo e na necessidade imperiosa de corresponder ao instituído e que opera, dia a dia, um verdadeiro trabalho sobre si no qual substitui um sentido humano e desejável por uma necessidade de sobrevivência e adaptação competitiva. A subjetividade precarizada revela-se, dessa forma, para si e para os outros, como a construção de uma subjetividade sem valor e sem autonomia, incapaz de impor-se como sujeito (CASTRO et al., 2017, p. 53)

Segundo Castro (2022), a subjetividade precarizada surgiu de forma socialmente significativa e se expandiu devido algumas condições determinantes

que ocorreram nos últimos quarenta anos em função da ascensão do neoliberalismo e do capitalismo financeirizado. São essas condições: os novos métodos de avaliação de desempenho individuais, a sobrecarga devido, a nova gestão por metas, a exigência de flexibilidade, as novas imposições tecnológicas e a falta de sentido do trabalho. Em um processo que resultou no empobrecimento nas formas de trabalho, sociabilidade e temporalidade.

A primeira dessas condições, as novas formas de avaliação de desempenho surgiram inspiradas nos ideais do Toyotismo, que estabelece um controle rígido de qualidade e avaliação tanto dos produtos, quanto da equipe. Hoje as empresas utilizam os modelos de Gestão de Desempenho e Gestão por Competências. Segundo Brandão e Guimarães (2001), a Gestão de Desempenho se refere a uma forma de gerenciamento que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e de avaliação dos indivíduos, das relações interpessoais, do ambiente de trabalho e das características da organização. A gestão de desempenho faz parte de um processo maior de gestão organizacional, que busca rever estratégias e processos de trabalho para que a organização atinja seus objetivos, corrija desvios e cresça de maneira contínua.

A gestão por Competências busca a captação e o desenvolvimento de competências necessárias para que a organização atinja seus objetivos. As competências são o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para a realização de determinada atividade ou propósito. O conceito de competência se aplica não só ao indivíduo, mas também à equipe de trabalho e à organização na totalidade. A Gestão por Competências faz parte de um sistema maior de gestão organizacional. Ela direciona as ações de recrutamento, seleção, treinamento, gestão de carreira, entre outras, para a captação e o desenvolvimento das competências conforme a estratégia da organização. Conforme Brandão e Guimarães (2001), tanto a Gestão de Desempenho quanto a Gestão por Competências propõem a necessidade de associar desempenho ou as competências da organização com as de seus membros. Eles são modelos complementares de gestão que costumam ser utilizados juntos.

De acordo com Castro (2022), estas novas formas de medição e avaliação de desempenhos oriundas do gerenciamento contemporâneo resultam em uma compulsão hipercompetitiva, laços sociais precários, relações sociais violentas, sentimentos de indiferença e solidão, assédio generalizado e apego irracional aos

números em detrimento dos valores humanos. Estes fenômenos se relacionam com o desenvolvimento da precariedade subjetiva.

A segunda condição para o surgimento da Subjetividade Precarizada, a sobrecarga devido à nova gestão por metas, pode ser vista como uma consequência da condição anterior. Devido às metas de desempenho inalcançáveis, as pessoas ficam em um esforço contínuo para atingi-las. O que gera autocobrança constante, sobrecarga do trabalhador, adoecimento e até quadros de ansiedade, depressão e burnout. A terceira condição, a exigência de flexibilidade, é a capacidade de responder simultaneamente a inúmeras demandas. Esta é outra característica do trabalho atual que exige que o trabalhador equilibre múltiplas tarefas em simultâneo, e seja capaz de se adaptar a qualquer situação, inclusive jornadas de trabalho e salários variáveis (CASTRO, 2022).

A quarta condição determinante, as novas imposições tecnológicas, diz respeito às novas tecnologias que organizam o trabalho a partir de plataformas online e ditam o tempo e os movimentos do trabalhador. Um exemplo são os trabalhos através de aplicativos como o Uber. Como consequência desse processo, o sujeito perde o controle sobre o seu trabalho e passa a ter cada vez menos tempo para fazer o que é demandado. A última condição é a falta de sentido no trabalho. Com a revolução tecnológica, as máquinas passaram a assimilar cada vez mais o trabalho humano. Assim, as atividades se tornaram pobres de conteúdo, mecanizadas e dependente das ordens das máquinas e das plataformas online e seus algoritmos. O ato de trabalhar se tornou apenas uma luta diária pela sobrevivência. Esse esvaziamento de sentido também contribui para o aumento do mal-estar relacionado ao trabalho (CASTRO, 2022).

Este conjunto de fenômenos que surgem com a ascensão do neoliberalismo causam a precariedade subjetiva ao gerar situações paradoxais, que colocam o sujeito em situações de tensão contraditória que são impossíveis de se realizar. Por um lado, o trabalho está cada vez mais regulado pelas novas tecnologias e formas de gestão. Mas, pelo outro, é exigido que o sujeito seja cada vez mais ativo no trabalho, tenha autonomia, seja adaptável e flexível. De um lado, o indivíduo é induzido a competir e se aprimorar para ser cada vez melhor e por outro, ele deve trabalhar em colaboração com a equipe (CASTRO, 2022).

Compreendemos, portanto, que os sintomas que revelam o crescimento do mal-estar no trabalho contemporâneo sob a égide do neoliberalismo,

configuram um fenômeno de precarização subjetiva constituído pela proliferação de situações cada vez mais irrealizáveis de um sentido humanamente desejável e viável, com um campo de experiência empobrecido, restrito a sentidos maquinais, urgentes, insignificantes e adoecidos (CASTRO, 2022, p. 24).

3.2 - Subjetividade Precarizada e neoliberalismo

Como vimos nos últimos capítulos, segundo análise de Saviani (2004) para Marx, a subjetividade humana é resultado das relações sociais de produção e se constitui através do trabalho. O capitalismo ao transformar o trabalho em mercadoria faz com que o trabalhador, que tem que vender sua força de trabalho, seja tratado também como uma mercadoria, transformando as relações humanas em relações entre coisas, caracterizando o fenômeno conhecido como reificação. Ao se transformar em mercadoria, o trabalho passa a ter seu valor definido pelo mercado, tornando-se abstrato e fora do controle do trabalhador. O salário reduz o trabalho à busca pela sobrevivência, privando-o de sua dimensão humana. O que resulta no processo de alienação, que também abordamos anteriormente. Desta forma, no capitalismo o trabalho deixa de ser fonte de constituição e realização humana e se torna elemento de desumanização e alienação.

Inspirado nas ideias e técnicas de Ford e Taylor, o sujeito no capitalismo se torna o sujeito produtivo, que se orienta pelos parâmetros de eficácia produtiva, que adequa seu tempo ao da máquina e que se relaciona visando a melhor eficiência.

Tal consciência de si implica, um tipo específico de apropriação da experiência subjetiva marcada pela abstração, ou seja, pela apreensão de si quantitativa como ser rentável e produtivo que precisa ser útil na transformação do seu esforço físico e psíquico em troca de uma soma de dinheiro. A experiência subjetiva, nesse sentido, no esforço de projetar-se em direção a seus possíveis, valoriza a si mesma pela sua capacidade de utilizar objetivamente seu tempo com estratégias empreendedoras capazes de decisões que viabilizem, em maior ou menor medida, a própria utilidade mercantil (CASTRO, 2022, p. 27).

Assim como o trabalho se torna abstrato, o tempo e as relações também se tornam abstratos. O tempo no capitalismo passa a ser o tempo produtivo, o tempo do dinheiro. Em que o passado é reduzido a uma dimensão útil ou inútil conforme as exigências mercantis, o presente se torna uma competição por empregabilidade e o futuro é preenchido por metas a cumprir, que resultarão em dinheiro em troca do

sacrifício do tempo vivido. O tempo se torna o tempo médio para realizar uma tarefa e o dinheiro se torna um dos determinantes do tempo. Desta forma, o tempo regido pelo dinheiro transforma a existência do sujeito em existência econômica, que deve orientar suas paixões para ocupar seu tempo de maneira produtiva, de modo a gerar mais dinheiro. Ocupar o tempo com horas de descanso e lazer que não contribuem para gerar dinheiro, se torna motivo de repressão (CASTRO, 2022).

O mesmo acontece com as relações sociais que se tornam abstratas e passam a ser regidas pelas normas e padrões de eficiência que geram mais resultados e acúmulo de dinheiro. As relações passam a ter seus tempos e movimentos medidos e calculados visando a maior eficiência produtiva do conjunto (CASTRO, 2022). Um exemplo disso pode ser visto na cobrança dentro das empresas por colaboração e competências de comunicação que visam apenas melhorar a produção. Ou se relacionar para fazer “networking” e assim conseguir benefícios financeiros ou na carreira.

Segundo Castro (2022), o fenômeno da subjetividade precarizada atualmente possui como dimensão essencial o aprofundamento de uma dialética desumanizante sujeito-objeto, em que os sujeitos tornam-se objetos abstratos e os objetos se tornam supra sujeitos, que impõem suas vontades e determinações sobre os sujeitos concretos de modo impessoal e não recíproco. O que caracteriza o processo que Marx chamou de fetichismo social, em que as relações sociais são definidas de maneira abstratas baseadas no dinheiro. Na subjetividade precarizada, a subjetividade se converte em uma objetividade fetichizada, ou seja, uma forma abstrata e serializada da existência que nega o conteúdo potencial e múltiplo das sensibilidades, dos desejos e do tempo de fazer. O fenômeno da precariedade subjetiva se concretiza conforme o capitalismo avança e, ainda segundo o autor, atualmente podemos relacioná-lo à ascensão do neoliberalismo.

Segundo a abordagem marxista, o neoliberalismo é um novo estágio do capitalismo que surgiu a partir da década de 1970 em decorrência da crise do liberalismo e do modo de acumulação capitalista que acontecia na época. O neoliberalismo é caracterizado ideologicamente por uma teoria político-econômica que defende o livre mercado como garantidor da liberdade individual de empreender e que atribui ao Estado o papel mínimo de preservar a ordem institucional necessária que permita essas práticas (ANDRADE, 2019).

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; (...) Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo (...) (HARVEY, 2008, p. 2).

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é muito mais do que uma nova ideologia ou política econômica, ele é primeiramente uma racionalidade que dita a forma de ser de todas as dimensões da existência humana no mundo. “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15). Ele é a “razão do capitalismo contemporâneo” ou a “nova razão do mundo”. A racionalidade neoliberal é caracterizada pela generalização da concorrência como norma de conduta e por uma subjetividade que se baseia no modelo da empresa. O neoliberalismo é o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa, que rege desde o Estado até as partes mais profundas da subjetividade de cada um. O sujeito do neoliberalismo é o “sujeito empresarial”, “sujeito neoliberal” ou “neosujeito”.

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 325).

Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021) defendem que o neoliberalismo não é apenas um sistema socioeconômico, mas também um gestor do sofrimento psíquico. Gestor, pois é aquele que gera e gerencia o sofrimento psíquico moderno. O neoliberalismo propõe um sujeito que deve gerir sua vida como uma empresa, que deve ser “empreendedor de si” e que busca se otimizar continuamente para atingir o melhor desempenho. Um sujeito que deve internalizar a racionalidade econômica e aplicá-la em todas as áreas da sua vida, que associa a lógica de valorização do

capital à valorização do próprio eu. Nessa busca incessante por sucesso, o sujeito se esgota e sua existência se torna solitária e vazia de sentido, resultando em sofrimento psíquico.

A subjetividade reifica-se, com o Eu perdendo pessoalidade e interiorizando a indiferença e a insensibilidade da mercadoria, na medida em que se realiza de forma eficaz conforme as coações hipercompetitivas do sistema de mercado.

O empobrecimento do conteúdo concreto da existência, portanto, que fenomenicamente aparece através da precarização subjetiva, constitui-se, pela restrição das múltiplas formas de temporalidade e sociabilidade a única e idêntica forma abstrata da mercadoria-dinheiro. (...) Resultando em formas de ser sem historicidade e, portanto, vazias. Correlativamente, o hiperindividualismo neoliberal tende à sociabilidade zero, na medida em que, orienta-se pela individualização voltada ao competir, empreender, produzir e consumir numa espiral ascendente cada vez mais acelerada e solitária (CASTRO, 2022, p. 33).

Uma vez que o neoliberalismo propõe uma noção de sujeito, ele também possui uma Psicologia própria e formas de definir e avaliar o sofrimento psíquico. Conforme Safatle, Silva Júnior e Dunker (2021), atualmente vemos a utilização de discursos psicológicos para justificar medidas econômicas. O que dá a economia uma posição moralizante ao se misturar com a Psicologia e tratar como patologia tudo aquilo que destoa ou se opõe à lógica neoliberal. Um exemplo dado pelos autores é a patologização que visa mascarar problemas sociais, como no caso da depressão. Nos últimos anos o número de casos de depressão tem crescido significativamente. Mas, em vez de analisar seus determinantes sociais, a Psicologia e a Psiquiatria definem a depressão como um desequilíbrio químico, um problema do indivíduo que deve ser tratado com medicamentos e terapia. Assim, problemas sociais decorrentes de questões sociais e políticas são reduzidos a questões médicas e biológicas. Quem não se adapta é visto como fraco ou doente, e lidar com isso se torna responsabilidade do indivíduo.

Assim, podemos observar que com a ascensão do neoliberalismo e a expansão da racionalidade neoliberal pelo mundo, o processo de precarização da vida se intensifica. O que cria as condições para a formação de um mal-estar subjetivo e uma nova forma do sujeito se relacionar consigo e com o mundo, constituindo o fenômeno da precariedade subjetiva.

3.3 - Impactos da Subjetividade Precarizada, mal-estar no trabalho e burnout

Para a Psicologia sócio-histórica, do mesmo modo que o trabalho constrói nossas experiências internas e com o mundo, ele também pode ser fator de adoecimento e sofrimento psíquico. Os estudos sobre a relação entre trabalho, subjetividade e saúde mental na abordagem sócio-histórica, partem de pressupostos marxistas e defendem a ideia da determinação histórica dos processos de saúde-doença e sua relação com as condições de vida e trabalho dos trabalhadores (JACQUES, 2003).

(...) Essa abordagem leva em conta o fato de que os indivíduos são construtores de seu processo de vida, são concretos e contextualizados histórica e culturalmente. Sendo assim, toda a história do trabalhador deve ser considerada relevante para a compreensão do sofrimento que ele possa apresentar. O que se argumenta é que o trabalho pode construir modos de sofrimento, na medida em que ele é também constituinte fundamental da subjetividade dos indivíduos, é parte de suas experiências (BORSOI, 2007, p. 107).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pessoa saudável apresenta "situação de perfeito bem-estar físico, mental e social". O bem-estar subjetivo (BES) é uma avaliação subjetiva da qualidade de vida. Uma das formas de avaliar se a pessoa tem um elevado sentimento de bem-estar é ela demonstrar satisfação com a vida, a presença frequente de afeto positivo, e relativa ausência de afeto negativo. O bem-estar subjetivo pode ser influenciado por variáveis como idade, gênero, nível sócio-econômico e cultura (GIACOMONI, 2004).

Como vimos anteriormente, devido à própria estrutura do trabalho dentro do modo de produção capitalista, que transforma o trabalho e as relações sociais em mercadorias, esvaziando e empobrecendo o seu sentido. O trabalho se torna alienado e fonte de desumanização. Com o desenvolvimento das novas tecnologias, o trabalhador passa a ter que se submeter ao ritmo das máquinas, e assim tem que trabalhar mais e ganhar menos. O que resulta na precarização das suas condições de vida e aumenta a sensação de falta de sentido no trabalho (SAVIANI, 2004). Com a ascensão do neoliberalismo, o processo de precarização se intensifica, gerando um aumento do sofrimento relacionado ao trabalho e a constituição do que alguns autores vêm chamando de Subjetividade Precarizada. Uma das formas de expressão da precariedade subjetiva atualmente são os quadros de mal-estar

relacionados ao trabalho, dentre eles o mais conhecido hoje é a Síndrome de Burnout.

O Ministério da Saúde (2002) define a Síndrome de Burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, como uma doença ocupacional decorrente de estressores emocionais e interpessoais crônicos no ambiente de trabalho. O Burnout é caracterizada por três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho. A exaustão emocional ocorre quando há falta de energia e entusiasmo em relação ao trabalho. A despersonalização é caracterizada pelo distanciamento afetivo e pessoal promovido pelo indivíduo, ela pode ser observada por meio de comportamentos e atitudes negativas, cinismo e indiferença em relação ao trabalho. Por último, a baixa realização pessoal no trabalho diz respeito à avaliação negativa da vida profissional, falta de realização e perspectiva no trabalho (MASLACH & JACKSON, 1981).

Segundo Bernardo (2022), uma pesquisa da International Stress Management Association (ISMA-BR), feita em 2019, coloca o Brasil como o segundo país com maior número de trabalhadores com Burnout no mundo, com cerca de 32% da sua população economicamente ativa sofrendo com este quadro. Segundo a Agência Senado (2019), também em 2019, o Brasil entrou pela primeira vez na lista dos dez piores países para as pessoas que vivem do próprio trabalho, conforme o Índice Global de Direitos, divulgado na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, ligada à ONU. A pesquisa apontou que essa posição é fruto da reforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467) que impôs uma estrutura jurídica regressiva aos trabalhadores, baseada na retirada de seus direitos.

Podemos relacionar a deterioração das condições de trabalho e de vida decorrentes das políticas neoliberais com o aumento dos quadros de Burnout. Logo, podemos relacionar a precariedade subjetiva com o atual fenômeno do Burnout. Isso é o que a jornalista norte-americana Anne Helen Petersen aponta no seu livro “Não aguento mais não aguentar mais: Como os Millennials se tornaram a geração do burnout”. Na obra, ela parte de uma experiência vivida por ela de um quadro de Burnout e faz uma análise histórica e social de como nos tornamos a geração do burnout. Apesar de a obra fazer uma análise baseada na história dos Estados Unidos por se tratar de um fenômeno global, podemos traçar paralelos com a situação do Brasil e a questão da Subjetividade Precarizada.

Segundo Anna Petersen (2021), a geração dos Millenials, aqueles nascidos entre 1980 e 1995, cresceu com a ideia de que bastaria se esforçar e trabalhar duro que eles conquistariam bons empregos e teriam um bom padrão de vida. No entanto, com o fim da “Era de Ouro” do capitalismo (período de grande expansão econômica após a Segunda Guerra Mundial, que durou de 1945 até 1970), a ascensão do neoliberalismo, o desmonte dos direitos trabalhistas e a crise financeira mundial de 2008, os Millennials viram seus planos de vida sendo frustrados. Eles cresceram em um ambiente de instabilidade econômica, política e climática, tendo que se submeter a empregos em condições precárias. Como resultado desse clima de instabilidade, os Millenials internalizaram o sentimento de que precisam trabalhar o tempo todo para conseguir garantir seu emprego e sobreviver.

Onde eu tinha aprendido a trabalhar o tempo todo? Na escola. Por que eu trabalhava o tempo todo? Porque morria de medo de não arrumar um emprego. Por que eu trabalhava o tempo todo mesmo depois de arrumar um emprego? Porque morria de medo de perder o emprego e porque meu valor como funcionária e meu valor como pessoa haviam se misturado de forma irremediável. Eu não conseguia evitar a sensação de precariedade — de que tudo pelo que eu trabalhara tanto poderia desaparecer — ou conciliá-la com uma ideia que me cercava desde a infância: que, se eu trabalhasse o suficiente, tudo daria certo. (PETERSEN, 2021, p. 17-18)

Este sentimento de que é preciso trabalhar o tempo devido ao medo de perder o emprego e não conseguir sobreviver, além dessa junção do nosso valor pessoal com o nosso valor como empregado e a pressão autoimposta para se obter um alto desempenho, são características, que como vimos anteriormente, podemos atribuir à Subjetividade Precarizada, apesar da autora não utilizar este termo. Segundo Danièle Linhart (2014, p. 46) “a “precariedade subjetiva”, esse sentimento de não estar jamais protegido de uma perda súbita de emprego, soma-se à precariedade objetiva”. O resultado dessa precariedade é um aumento de quadros de Burnout e de sofrimento psíquico, que se tornaram sintomas da vida moderna. Anna Petersen (2021, p. 20), descreveu seu quadro de Burnout como:

Quando você está em meio a uma crise de burnout, a sensação de conquista ao fim de uma tarefa exaustiva - passar na prova ou terminar um grande projeto no trabalho - nunca vem. (...) É a sensação de exaustão e embotamento que, mesmo depois de dormir e tirar férias, não vai embora de verdade. É a certeza de que você mal está mantendo a cabeça fora d'água e que mesmo a menor onda — uma doença, um problema no carro, um aquecedor quebrado — pode afundar você e toda a sua

família. É a redução da vida a uma eterna lista de tarefas e a sensação de que você otimizou sua existência de modo a não passar de um robô que trabalha e, por acaso, tem necessidades físicas, as quais você se esforça ao máximo para ignorar.

Como podemos observar, as sensações e sintomas descritos pela autora no seu quadro de Burnout podem ser entendidos como consequências da precariedade subjetiva. Castro (2022) aponta que umas das causas da subjetividade precarizada são as novas formas de medir o desempenho que surgiram no neoliberalismo que geram uma sobrecarga no indivíduo em busca de uma otimização constante. Além de que, a lógica neoliberal muda a relação do sujeito com o tempo, que passa a ser medido através da sua capacidade de produzir dinheiro. De modo que o sujeito deve buscar preencher seu tempo com atividades produtivas, enquanto atividades de lazer e ócio são mal-vistas e reprimidas. Neste relato da autora, podemos ver a expressão do que Castro aponta e as consequências de uma subjetividade precarizada. Onde temos um sujeito que otimiza sua existência a ponto de se ver como “um robô que trabalha”, incapaz de relaxar e parar de produzir.

Devido à instabilidade econômica que se intensificou após a crise de 2008, o desmonte dos direitos trabalhistas, o aumento do desemprego e dos trabalhos informais, o enfraquecimento das instituições sociais, a crise política, econômica e climática, a geração atual se viu sem apoio, ao mesmo tempo, em que é pressionada a dar conta de tudo sozinha. Esses são os motivos que segundo Ana Petersen (2021) torna o burnout um sintoma da vida moderna e do próprio capitalismo.

Tentar fazer tudo ao mesmo tempo, com pouca segurança ou rede de apoio... é isso que faz dos Millennials a geração burnout. Pessoas de outras gerações já sofreram de burnout, essa não é a questão. O burnout, afinal, é um sintoma da vida na nossa sociedade capitalista moderna (PETERSEN, 2021, p. 24).

Além do Burnout, existem outros tipos de sofrimento relacionados ao trabalho que tem se intensificado atualmente, como a ansiedade e a depressão. Segundo Bernardo (2022), o Brasil é o país com maior taxa de pessoas com ansiedade no mundo, além de ocupar o quinto lugar no ranking de pessoas com depressão, de acordo com dados de 2019 da OMS (Organização Mundial da Saúde).

Como vimos, o neoliberalismo cria uma ideia de sujeito empreendedor de si e único responsável pelo seu sucesso. “Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão” (SAFATLE; SILVA JR.; DUNKER, 2021, p. 48).

A pressão para produzir e atingir melhores resultados faz com que o indivíduo ocupe seu tempo com uma lista de tarefas que ele não consegue cumprir. Estes fatores, associados a um cenário econômico global marcado pela instabilidade, medo constante do desemprego e precariedade, resultam em uma ansiedade generalizada que também tem se tornado um sintoma cada vez mais comum da vida moderna.

Na depressão, a temporalidade paralisa-se em função das possibilidades do fazer mostrarem-se fechadas; o mundo difícil demais para ser apropriado, com a tristeza tornando-se a tonalidade afetiva própria da existência que desiste, sem vislumbrar nenhuma reciprocidade social e afetiva possível. Já na ansiedade, a temporalidade inviabiliza-se pelo excesso do fazer, esvaziando o eu de experiências significativas e na qual a única consciência possível é aquela da própria insuficiência. A saída para ambos os casos está no uso abusivo de psicofármacos para aumentar a performance no trabalho, para melhorar o desempenho, para suportar a dor física e psíquica ou o sofrimento de uma vida vazia que representam, ao fim, diferentes formas de adoecimento e mal-estar (CASTRO, 2022, p. 34).

A banalização destas formas de mal-estar e a precarização da vida e do trabalho faz com que muitos indivíduos se submetam a trabalhos informais por aplicativos de celular ou de internet, com jornadas intermitentes e exaustivas, sem direitos trabalhistas, com salários variáveis e sendo gerenciados por algoritmos. Desta forma, tem se expandido a uberização do trabalho. A seguir analisamos a relação desse fenômeno com a precariedade subjetiva.

3.4 - Subjetividade precarizada e uberização

Segundo matéria de Maia (2019), na noite de 6 de julho de 2019, em São Paulo, um entregador do aplicativo Rappi teve um AVC enquanto fazia uma entrega. Sem conseguir se mover, ele ficou esperando por socorro na calçada durante uma hora e meia. Nesse período, ele teve uma corrida negada por um motorista da Uber, que não quis transportá-lo até um hospital porque o entregador “sujaria seu carro”.

Ele também ligou para o Samu, mas também não conseguiu atendimento. O Rappi, quando avisado sobre o estado de saúde do entregador, demonstrou preocupação apenas com o atraso das próximas entregas, relatou uma das clientes do aplicativo que prestou socorro ao entregador. Ele só foi levado ao hospital quando um amigo chegou para ajudá-lo, mas acabou não resistindo e morreu na manhã do dia seguinte. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) após apurar o caso atribuiu a tragédia ao desmonte das políticas públicas somada à fragilização das relações de trabalho.

Conforme Ribeiro (2019), após a tragédia, o Procon-SP notificou a Rappi e a Uber. A Rappi respondeu que o entregador não possuía vínculo trabalhista com a empresa. Pois não é ela que contrata os entregadores parceiros, são eles que contratam a empresa através da plataforma. A empresa também informou que está desenvolvendo um botão de emergência no aplicativo para que os entregadores possam pedir ajuda. A Uber também teve um posicionamento semelhante e alegou que os motoristas parceiros cadastrados não prestam serviços à Uber, mas, sim, aos usuários da plataforma. Como o entregador não tinha vínculo trabalhista com a empresa, a Rappi não teve que pagar uma indenização à família do entregador.

Esta é uma história real que reflete as consequências da precarização do trabalho, do desmonte dos direitos trabalhistas e do atual processo de uberização. Stentzler (2022), aponta que desde 2018, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15) registrou 818 aberturas de processos contra cinco empresas que atuam em aplicativos de delivery e mobilidade urbana. São casos de trabalhadores que buscam comprovar vínculo empregatício após jornadas extensas de trabalho ou acidentes não indenizados. Conforme o desembargador do órgão, no Brasil a falta de regulamentação do trabalho através de aplicativos e a reforma trabalhista, aprovada no ano de 2017, dificultam o reconhecimento de vínculo empregatício desses trabalhadores. Por conta disso, são poucos os casos desse tipo que os trabalhadores conseguem vencer.

A uberização é uma nova forma de gerenciamento e organização do trabalho, em que as relações laborais são individualizadas e camufladas, assumindo a aparência de prestação de serviços (ANTUNES, 2020). Com a crise econômica de 2008 e a pandemia causada pelo vírus Covid-19, em 2020, muitos tiveram que adotar atividades remotas ou buscar fontes extras de renda em plataformas digitais

de trabalho. Hoje temos diversos profissionais de vários níveis de qualificação que se submetem a esta lógica.

Segundo Abílio (2019) ser um trabalhador uberizado ou "just-in-time", significa ficar à disposição da empresa-aplicativo, desprovido de direitos associados ao trabalho, sem garantias sobre sua carga de trabalho e remuneração e tendo que arcar com os custos e riscos da atividade. Desta forma, a uberização contribui para a intensificação do cenário de precarização do trabalho e, conseqüentemente, para a expansão do fenômeno da subjetividade precarizada.

Como vimos anteriormente, um dos fatores para o desenvolvimento da precariedade subjetiva são as novas formas de gerenciamento e avaliação de desempenho contemporâneas. No trabalho através de aplicativos, o sujeito fica subordinado ao gerenciamento do algoritmo, do usuário e de si mesmo. O algoritmo define o valor do serviço, a distribuição do trabalho e as regras desta distribuição. Deste modo, o trabalhador fica disponível para a empresa, mas não tem nenhuma possibilidade de negociação ou influência na distribuição, ou valor de seu próprio trabalho (ABÍLIO, 2019).

No gerenciamento pelo algoritmo, ranqueamento e bonificação são incorporados na gestão, por elementos programados de gerenciamento de dados. A ação dos trabalhadores e dos consumidores são as responsáveis por alimentar estes dados. Desta forma, a uberização consolida o fenômeno conhecido como gamificação do trabalho, em que dinâmicas de jogos são utilizadas para fazer com que o trabalhador dedique mais tempo a plataforma em busca de uma remuneração ou bônus (ABÍLIO, 2019)

Atualmente, o termo gamificação, derivado do inglês game, vem sendo utilizado para nomear lógicas da gestão do mundo do trabalho (Scholz, 2013). Esse é um termo que expressa a operacionalidade de regras cambiantes que tornam o engajamento no trabalho arriscado e sem garantias. A produtividade é estimulada e conquistada por meio de regras que se apresentam como desafios para o trabalhador, que envolvem premiações e, principalmente, a incerteza de se alcançar o resultado perseguido (ABÍLIO, 2019, p. 3)

A gamificação é uma ferramenta que esconde o trabalho na forma de desafios e brincadeiras. Um exemplo de técnica de gamificação usada pela Uber é o preço dinâmico. Por exemplo, quando acontece uma chuva ou algum evento que aumenta a demanda, os preços em uma determinada região aumentam e os motoristas são atraídos pela possibilidade de corridas mais lucrativas. Mas, estas áreas em

destaque aparecem e desaparecem em questão de minutos, tornando as chances de se conseguir uma destas corridas imprevisível. Esta imprevisibilidade é muito usada também em jogos de azar para fazer com que os jogadores continuem apostando (OLIVEIRA, 2021).

Outra técnica utilizada são as notificações que surgem quando os motoristas estão prontos para se desconectar do aplicativo. Estas notificações incentivam o trabalhador a continuar dirigindo para alcançar uma meta ou receber um valor maior. Outra técnica adotada que é considerada viciante é o enfileiramento de uma corrida atrás da outra, de modo que antes de terminar uma corrida, os motoristas são informados de outras solicitações, aumentando a chance deles continuarem trabalhando (OLIVEIRA, 2021).

Outro exemplo de gamificação é a avaliação dos próprios usuários da plataforma. Essas avaliações são utilizadas como critério pelo algoritmo na distribuição do trabalho, da remuneração e também para definir a permanência do trabalhador na plataforma. Assim, enquanto elas operam como uma forma de gerenciamento e controle, elas também funcionam para certificação do trabalho, estabelecendo para o consumidor uma relação de confiança. Essas certificações informais também influenciam na mudança da identidade do trabalhador, pois quem não for bem avaliado pode ser excluído da plataforma (ABÍLIO, 2019).

O motorista da Uber, por exemplo, não tem uma identidade profissional como a do taxista, que passou por certificações públicas que lhe conferem o estatuto de taxista. O motorista da Uber é um trabalhador amador que aderiu a uma atividade informal, sem regulamentações, à qual praticamente qualquer um pode aderir; não há licenças limitadas, não há determinação sobre o tamanho do contingente de trabalhadores. A qualidade de seu trabalho será certificada pelo mundo das avaliações; seu reconhecimento profissional, se é que se pode denominá-lo assim, virá informalmente de seu sucesso em permanecer naquela atividade ao longo do tempo e de seus ranqueamentos (Abílio, 2019, p. 4).

Outra característica da uberização é que o trabalhador passa a ser subordinado de si mesmo, adotando estratégias de autogerenciamento, o que Abílio (2019) define como “autogerenciamento subordinado”. Devido à concorrência crescente, os trabalhadores têm de buscar permanentemente modos de se destacar e se manter nesta atividade. Por conta disso, o trabalhador começa a adotar estratégias para tornar seu trabalho mais atrativo, como arcar com mais custos,

estender sua jornada e intensificá-la. Deste modo, a uberização reforça a racionalidade neoliberal e a ideia do sujeito “empreendedor de si”. Empreender se torna sinônimo de assumir os riscos da própria atividade e passa a ser responsabilidade do indivíduo sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade. Este discurso empreendedor também se torna uma forma de esconder as relações entre capital e trabalho ao transformar o trabalhador em “seu próprio chefe” (Abílio, 2019).

O autogerenciamento do trabalhador envolve a determinação de metas econômicas para si. Ou seja, o trabalhador não define quantas horas vai trabalhar, mas quanto precisa ganhar por dia. Entretanto, a distribuição do trabalho está nas mãos da empresa; ele não só não tem garantias como não há previsibilidade sobre sua carga de trabalho. A definição da meta para si envolverá lidar permanentemente com a incerteza e estabelecer estratégias subordinadas às dinâmicas gerenciadas pela empresa-aplicativo: como mudar o horário de trabalho, estender o tempo de trabalho, buscar outros locais na cidade (Abílio, 2019, p. 7).

Entretanto, por trás deste discurso empreendedor o que temos são trabalhadores sem direitos com jornadas extensas e sentimento de incerteza constante. Não há clareza sobre como as regras de gerenciamento do aplicativo funcionam. O indivíduo fica disponível o tempo todo, sem saber como opera seu próprio ofício. Pessoas que não conhecem a cidade, que não têm um veículo em condições apropriadas, que nunca trabalharam com entregas ou como motoristas aderem aos aplicativos como uma tentativa de garantir a sua sobrevivência. Portanto, esses sujeitos não possuem um vínculo ou uma identidade ligada ao trabalho.

Até o momento não encontramos estudos mais abrangentes sobre a relação entre o trabalho uberizado e adoecimento psíquico e físico. O fato destes trabalhadores não terem um ambiente de trabalho concreto e destas empresas manterem sigilo de seus dados, regras e processos, dificultam investigações sobre a relação saúde-doença neste contexto. Entretanto, autores como Abílio (2019), Ricardo Antunes (2020), Uchôa (2020) vem apontando características do trabalho uberizado que podem ser fonte de estresse e adoecimento, como a falta de direitos, as longas jornadas, o gerenciamento do algoritmo, a gamificação do trabalho, a falta de autonomia, falta de sentido no ofício, a incerteza, a renda e carga horária variável.

Mas, com base nos dados analisados podemos observar que o trabalhador uberizado está mais suscetível ao desenvolvimento da subjetividade precarizada. Pois, seu trabalho é marcado pela sensação de precariedade, o medo de perder o emprego, a falta de apoio, a necessidade de ter que se esforçar continuamente para se adaptar, o controle do algoritmo e a falta de sentido no trabalho. Como vimos anteriormente, estas são características da precariedade subjetiva. Uma forma de se relacionar consigo e com o mundo empobrecida, vazia de sentido, solitária, submetida à lógica do capital de produtividade e hipercompetitividade.

Ricardo Antunes (2020), aponta que devido à nova morfologia do trabalho, caracterizada pela informalidade, flexibilidade e precarização, somada ao desenvolvimento de novas tecnologias, este processo de uberização tende a se expandir e pode adquirir novas formas no futuro. Criando modalidades de trabalho que se caracterizam como “prestação de serviço” e que são excluídas da legislação trabalhista, e, portanto, sem garantia de direitos. Como consequência, se tornará cada vez mais comum cargas de trabalho maiores do que oito horas diárias, sem folgas, baixos salários, demissões sem justificativa, o trabalhador ter que arcar com os custos do seu trabalho, além da expansão da “escravidão digital”. Por isso, o autor aponta a importância de se estruturar movimentos para frear este processo.

Alguns movimentos já têm surgido no Brasil e no mundo buscando combater a exploração do trabalhador uberizado e garantir os seus direitos, um exemplo foi o “Breque dos apps”. Um movimento de greve dos entregadores de aplicativos que aconteceu em várias cidades do Brasil em julho de 2020, com participação de entregadores do iFood, Rappi, Loggi e Uber Eats. Suas principais reivindicações eram o aumento do valor por quilômetro rodado e do pagamento mínimo e o fim dos bloqueios injustificados dos entregadores das plataformas (BRIGATTI; SOPRANA, 2020).

Com a expansão da precarização do trabalho e da uberização, o fenômeno da subjetividade precarizada tem aumentado pelo mundo. Apesar de a uberização do trabalho não ser a causa deste fenômeno, que como vimos, se origina devido às consequências do neoliberalismo, ela tem contribuído para a expansão da precariedade subjetiva. O resultado é um aumento generalizado do mal-estar em relação ao trabalho e de casos de Burnout, ansiedade e depressão na população mundial, principalmente em países que oferecem condições precárias de trabalho, como no caso do Brasil. A precarização atinge a todos tanto de maneira objetiva,

nas suas condições materiais, quanto de maneira subjetiva, através do fenômeno da subjetividade precarizada. Assim, tem se tornado cada vez mais comum sujeitos exaustos e adoecidos, mas que não conseguem descansar, pois sua existência e capacidade de sobrevivência giram em torno do trabalho e da necessidade contínua de produzir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do conceito de subjetividade está relacionada com o trabalho e o desenvolvimento do capitalismo. Antes da modernidade, o conceito de subjetividade como conhecemos hoje não existia. A noção moderna de ser humano como sujeito individual, livre e responsável pela própria vida surge de uma concepção liberal capitalista. Segundo Bock e Facci (2002), a subjetividade é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas relações sociais, de suas vivências e de sua constituição biológica. Para a Psicologia Sócio-Histórica, o ser humano é um ser social e ativo que constitui sua subjetividade através das relações sociais e do trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo e das novas tecnologias, a forma de trabalhar mudou, o que gerou impactos na nossa vida e subjetividade. Se por um lado a inserção da máquina na linha de produção permitiu um aumento da produção e dos lucros, por outro, ela também gerou um processo de precarização do trabalho. Esse processo se intensificou com a reestruturação produtiva do capital que teve início na década de 1970, caracterizada pela adoção do modelo de acumulação flexível, ascensão do neoliberalismo e globalização. Além disso, foi nesse período que a internet e as tecnologias de informação e comunicação foram desenvolvidas e também passaram a ser implementadas no ambiente de trabalho. Como consequência, a organização do trabalho mudou e a terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram os pilares da nova morfologia do trabalho no século XXI.

Neste contexto, tem se formado uma nova classe trabalhadora caracterizada pela falta de direitos trabalhistas, condições de trabalho precárias e renda incerta, formando o “preariado”. Estas características de trabalho atuais somadas a um contexto social de desemprego e precariedade gera uma fragilidade na identidade do trabalhador e um enfraquecimento na sua relação com o trabalho e com os outros. Resultando no que alguns autores vêm chamando de subjetividade

precarizada ou precariedade subjetiva. Neste projeto, analisamos o fenômeno da Subjetividade Precarizada e sua relação com o atual processo de uberização do trabalho. Partindo da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica e do método do materialismo histórico-dialético.

Por meio desta pesquisa, observamos que a subjetividade precarizada é uma forma de se relacionar consigo e com o mundo em um contexto de precarização da vida e do trabalho. Ela é caracterizada pela sensação de precariedade, o medo de perder o emprego, a falta de direitos e de apoio, o sentimento de isolamento, o mal-estar associado ao trabalho, a necessidade de ter que se esforçar continuamente para se adaptar ao trabalho e conseguir sobreviver. A subjetividade precarizada surgiu e se expandiu devido à ascensão do neoliberalismo que criou algumas condições que permitiram seu aparecimento, como: os novos métodos de avaliação de desempenho individuais, a sobrecarga devido a nova gestão por metas, a exigência de flexibilidade, as novas imposições tecnológicas e a falta de sentido do trabalho.

Segundo Castro (2022), a primeira condição para o aparecimento da subjetividade precarizada são as novas formas de medição e avaliação de desempenhos presentes no gerenciamento contemporâneo, resultantes em uma compulsão hipercompetitiva, laços sociais precários, sentimentos de indiferença e solidão, e assédio generalizado. Na tentativa de cumprir estas metas de desempenho inalcançáveis, o trabalhador fica em um estado de autocobrança constante. O que gera a segunda condição, de sobrecarga e adoecimento devido às novas metas de desempenho.

A terceira condição é outra característica do trabalho atual, a exigência que o trabalhador seja flexível, ou seja, equilibre múltiplas tarefas ao mesmo tempo, e seja capaz de se adaptar a jornadas de trabalho e salários variáveis. A quarta condição são as novas tecnologias que organizam o trabalho e ditam o tempo e os movimentos do trabalhador. Que fazem com que o sujeito perca o controle sobre o seu trabalho e passe a ter cada vez menos tempo para fazer o que é demandado. O que resulta na quinta, a falta de sentido no trabalho. Com a revolução tecnológica, as máquinas passaram a controlar cada vez mais o trabalho humano. Assim, as atividades se tornaram pobres de sentido, mecanizadas e dependente das ordens das máquinas e de seus algoritmos.

Deste modo, o neoliberalismo criou essas condições que levaram ao desenvolvimento da precariedade subjetiva. Devido a atual crise econômica que o mundo enfrenta desde 2008 e o aumento do desemprego, muitas pessoas passaram a buscar trabalho através da internet ou de aplicativos de celular. O mais conhecido é o aplicativo da Uber que permite trabalhar como motorista particular. Esta forma de trabalho se popularizou tanto nos últimos anos que deu início ao fenômeno da uberização do trabalho que vem se espalhando por diversas áreas de atuação e segmentos da economia. A uberização do trabalho é um processo de não formalização e flexibilização do trabalho marcado pela eliminação legal dos direitos trabalhistas e transferência de custos e riscos ao trabalhador. Neste modelo, o trabalhador passa a ser convocado e remunerado conforme a demanda da empresa-aplicativo, tornando-se um trabalhador "just-in-time".

O trabalhador uberizado não possui direitos trabalhistas, sua jornada e remuneração são variáveis, ele tem que arcar com os custos do seu trabalho, se adaptar para ser bem avaliado pelos clientes e buscar se destacar entre uma concorrência que não para de crescer. Além disso, seu trabalho é gerenciado pelo algoritmo que define a distribuição da sua demanda e remuneração. No caso da Uber, a empresa ainda utiliza técnicas de gamificação para manter o motorista dirigindo o maior tempo possível. Deste modo, o trabalhador uberizado está mais suscetível a precariedade subjetiva, pois sua ocupação é marcada pela incerteza constante, o medo de perder o emprego, a necessidade de se adaptar e de assumir todos os riscos, além da falta de sentido no trabalho, que se torna apenas uma fonte de sobrevivência.

Com a expansão da precarização do trabalho e da uberização para vários setores e níveis de qualificação, o fenômeno da subjetividade precarizada tem ganhado mais força globalmente. Apesar de a uberização do trabalho não ser a causa deste fenômeno, ela tem contribuído para a expansão da precariedade subjetiva. Como resultado deste processo temos o aumento de quadros de mal-estar relacionados ao trabalho, como a Síndrome de Burnout, depressão, ansiedade. Além de um sentimento crescente entre as pessoas de que elas precisam trabalhar o tempo todo para conseguir sobreviver, o que tem gerado pessoas exaustas, mas incapazes de relaxar.

Com esta pesquisa esperamos ter contribuído com o debate a respeito das implicações do trabalho na subjetividade e, particularmente, o fenômeno da

Subjetividade Precarizada, seus impactos na subjetividade e sua relação com o atual processo de uberização do trabalho. Apesar de haver muitos estudos sobre os impactos do trabalho na subjetividade e de alguns autores utilizarem o termo “Subjetividade Precarizada”, ainda são poucas as obras dentro da Psicologia que abordam o assunto. O mesmo acontece com os estudos sobre os impactos psicológicos da uberização do trabalho, visto que ambos são fenômenos relativamente recentes. Com este projeto esperamos contribuir para uma compreensão maior do conceito de Subjetividade Precarizada, a partir da perspectiva da Psicologia, e sua relação com o atual processo de uberização do trabalho. Assim, esperamos ampliar este debate para que no futuro a Psicologia, consiga elaborar estratégias para compreender e lidar com estes fenômenos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABILIO, L. C. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas**, Valparaíso , v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019 . Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041&lng=es&nrm=iso>. acessado em 06 sept. 2022. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue3-fulltext-1674>.

ABÍLIO, L. C. **Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1**. Estudos Avançados [online]. 2020, v. 34, n. 98 [Acessado 6 Setembro 2022] , pp. 111-126. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>.

AGÊNCIA SENADO. **Aprovada em 2017, reforma trabalhista alterou regras para flexibilizar o mercado de trabalho**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/02/aprovada-em-2017-reforma-trabalhista-alterou-regras-para-flexibilizar-o-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 7 set. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Brasil está entre os piores países do mundo para trabalhador, aponta debate**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/24/brasil-esta-entre-os-piores-paises-do-mundo-para-trabalhador-aponta-debate>>. Acesso em: 7 set. 2022.

AITA, E. B.; FACCI, M. G. D. **Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-1168201100010005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 set. 2022.

ALVES, G. A. P. **Terceirização e capitalismo no Brasil: Um par perfeito**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, v. 80, n. 3, p. 90, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115098>>. Acesso em 06 set. 2022.

ANDRADE, D. P. **O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais**. Sociedade e Estado, v. 34, n. 1, p. 211–239, jan. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>>. Acesso em: 7 set. 2022.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Infoproletários**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**. Estudos Avançados, v. 28, n. 81, p. 39–53, ago. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>>. Acesso em: 20 Julho 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018. 325 p.

ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2020.

ARAÚJO, R. R.; SACHUK, M. I. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. Revista de Gestão, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

BERNARDO, A. **Burnout: problema é reconhecido pela OMS e faz cada vez mais vítimas**. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/burnout-e-reconhecido-pela-oms>>. Acesso em: 7 set. 2022.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Ed. Saraiva: 2002

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BORSOI, I. C. F. **Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental**. Psicologia & Sociedade, v. 19, n. spe, p. 103–111, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400014>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRAGA, R. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo, Alameda, 2015.

BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. DE A. **Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto?** Revista de Administração de Empresas, v. 41, p. 8–15, 1 mar. 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75902001000100002>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRIGATTI, F. SOPRANA, P. **Entregadores defendem preço mínimo por corrida unificado a todos os apps.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/entregadores-defendem-preco-mini-mo-por-corrida-unificado-a-todos-os-apps.shtml>>. Acesso em: 7 set. 2022.

CAMPOS; A. C. **IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019.** Agência Brasil. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CASTRO, F. G.; ALVAREZ, M.; LUZ, R. **Modo de produção flexível, terceirização e precariedade subjetiva.** Cad. psicol. soc. trab., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 43-54, 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151637172017000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2020.

CASTRO, F. G.; FERREIRA, J. B. (Orgs.) **Neoliberalismo, trabalho e precariedade subjetiva.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. 317 p.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

DUBOC, J. R. et al. **As categorias da alienação e do fetichismo na teoria social marxiana.** Revista Katálysis, v. 22, n. 2, p. 273–283, 1 maio 2019. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000200273&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FELIZARDO, J. M. **Capitalismo, Organização do Trabalho e tecnologia da produção e seus impactos na qualificação da força de trabalho.** Revista Labor, V. 1, N. 3, P. 1-27, 25 mar. 2017.

FERREIRA, O. S. ; VICENTE, Z. C. M. **Capitalismo Financeiro, Globalização E Transformações No Mundo Do Trabalho.** Revista Pensar Acadêmico, Manhuaçu/MG, p. 137 - 142, 28 nov. 2016.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. **Psicologia, uma (nova) introdução: uma visão histórica da Psicologia como ciência.** 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

FRANCO, T. **Alienação do Trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza.** Caderno CRH, v. 24, n. 1, 1 fev. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/crrh.v24i1.19228>>. Acesso em: 7 set. 2022.

FRAZÃO, L. M; FUKUMITSU, K. O. **Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas.** São Paulo: Summus, 2013.

GIACOMONI, C. H. **Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida.** Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 43-50, jun. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 set. 2022.

GREGGO, J. P. et al. **Percepção de motoristas de Uber sobre condições de trabalho e saúde no contexto da Covid-19.** Saúde em Debate, v. 46, n. 132, p. 93–106, mar. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104202213206>>. Acesso em: 4 set. 2022.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HARVEY, D. **O neoliberalismo. História e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

HUWS, U. **A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real.** In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO E ESTUDOS DE TRÂNSITO E TRANSPORTE. **Profissão motorista – mulheres ainda são minoria.** Icetran. Mar. de 2020. Disponível em: <<https://icetran.com.br/blog/motorista-mulheres-ainda-sao-minoria/>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mercado de trabalho: Conjuntura e análise.** Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996). Brasília: Ipea, 2021. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=650f3779-35ad-431e-80da-93bef66f7e2d&highlight=WyJtb3RvcmlzdGEiLCJ1YmVyll0=>>>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

JACQUES, M. da G. C. **Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho.** Psicologia & Sociedade, v. 15, n. 1, p. 97–116, jan. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000100006>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

LEONTIEV, A. N. (2004). **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Centauro. (Trabalho original publicado em 1978).

LINHART, D. **Modernização e precarização da vida no trabalho.** In R. Antunes (Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III (pp. 45-54). São Paulo: Boitempo, 2014.

LURIA. **La actividad consciente dei hombre y sus raices socio-historicas. In: Introducción evolucionista a la Psicología.** Barcelona, Martínez Roca, 1985.

MAIA, D. **OAB classifica morte de entregador do Rappi de desmonte das relações de trabalho.** Folha de São Paulo. São Paulo, 13 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/oab-classifica-morte-de-entregador-do-rappi-de-desmonte-das-relacoes-de-trabalho.shtml>>. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

MARCELLOS, C. F.; ARAUJO, S. de F. **A Questão da Consciência na Psicologia de Wilhelm Wundt.** Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 11, n. 1, p. 311-332, abr. 2011. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. Nova Cultural: 1985a

MARX, K. (1998). **Teses sobre Feuerbach**. In: **Marx, K. & Engels, F. A ideologia alemã**. (pp. 99-103). São Paulo: Martins Fontes. (Texto original publicado em 1845).

MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. **The measurement of experienced burnout**. Journal of Organizational Behavior, v. 2, n. 2, p. 99–113, abr. 1981.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Doenças relacionadas com o trabalho: Diagnósticos e condutas - Manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2002.

MOVIMENTO DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES POR DIREITOS. **O perfil da classe trabalhadora hoje e os desafios da esquerda**. Brasil de Fato. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/13/o-perfil-da-classe-trabalhadora-hoje-e-os-desafios-da-esquerda>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

NEUFELD, C. B.; BRUST, P. G. e STEIN, L. M. **Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental**. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2011, v. 27, n. 1, pp. 103-112. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000100013>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

NOGUEIRA, P. V.; MUNIZ, L. B. **Uberização do Trabalho: uma pesquisa bibliográfica sobre a precarização das relações laborais**. Revista Acadêmica Caderno de Diálogos. v 2, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.faculdefamart.edu.br/index.php/cadernodedialogos/article/view/79>>. Acesso em 05 de set. de 2022.

OLIVEIRA, R. C. **Gamificação e Trabalho Uberizado nas Empresas-Applicativo**. Revista de Administração de Empresas, v. 61, n. 4, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-759020210407x>>. Acesso em: 5 set. 2022.

PETERSEN, A. H. **Não aguento mais não aguentar mais: Como os Millennials se tornaram a geração do burnout**. 1ª edição. Tradução de Giu Alonso. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

PUSCHMANN, T.; ALT, R. **Sharing Economy**. Business & Information Systems Engineering, v. 58, n. 1, p. 93–99, 4 jan. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12599-015-0420-2>>. Acesso em: 5 set. 2022.

RIBEIRO, A. DE F. **Taylorismo, fordismo e toyotismo**. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 35, p. 65–79, 31 dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/26678>>. Acesso em: 5 set. 2022.

RIBEIRO, G. F. **Rappi e Uber negam responsabilidade em caso de entregador que morreu**. *Uol*. São Paulo, 26 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/07/26/rappi-e-uber-negam-responsabilidade-em-caso-de-entregador-que-morreu.htm>>. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

SAFATLE, V.; SILVA JR., N.; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

SALOMÃO; C. O. K. **Os números secretos da Uber: US\$ 1 bi no Brasil, US\$ 11 bi no mundo**. *Revista Exame*. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/os-numeros-secretos-da-uber-us-1-bi-no-brasil-us-11-bi-no-mundo/>>. Acesso em: 20 de ago. de 2022.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **Perspectiva marxiana do problema subjetividade intersubjetividade**. In: Duarte, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. (pp. 21-52). Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, J. A. da S. **Reflexões sobre a história do capitalismo**. *Revista Filosofia Capital*. Vol. 2, Edição 5, Ano 2007. Disponível em: <<http://www.filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/view/55/49>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

SOUSA, J. C.; DOS SANTOS, A. C. B. **A psicodinâmica do trabalho nas fases do capitalismo: análise comparativa do taylorismo-fordismo e do toyotismo nos contextos do capitalismo burocrático e do capitalismo flexível**. *Revista Ciências Administrativas, [S. l.]*, v. 23, n. 1, p. 186–216, 2016. DOI: 10.5020/2318-0722.23.1.186-216. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rca/article/view/5260>. Acesso em: 7 jul. 2022.

STENTZLER, I. **TRT registra aumento de ações contra plataformas de Apps**. *Correio Popular*. Campinas, 16 ago. 2022. Disponível em: <<https://correio.rac.com.br/campinasermc/trt-registra-aumento-de-ac-es-contraplataformas-de-apps-1.1279614>>. Acesso em: 28 de ago. de 2022.

TEIXEIRA, D. L. P.; SOUZA, M. C. A. F. de. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 25, n. 4, p. 65–72, dez. 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901985000400007>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

TOLLE, O. **Um herói da subjetividade**. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, [S.l.], V.5, N.2, p. 107–122, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/12592>. Acesso em: 17 maio. 2022.

UBER. **Fatos e dados sobre a Uber**. Brasil, 27 ago. 2020. Disponível em: <<https://newsroom.uber.com/brazil/fatos-e-dados-sobre-a-uber/>>. Acesso em 05 de set. de 2022.

UCHÔA, F. M. de O. **Saúde do trabalhador e o aprofundamento da uberização do trabalho em tempos de pandemia**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional [online], v. 45, e22, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520>>. Acesso em: 7 set. 2021.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKY, L. S. (1995). **Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores**. Em Lev S. Vigotsky. Obras Escogidas. Tomo III. Madri: Visor/MEC

VIGOTSKY, L. S. & Luria, A. R. (1996). **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1930).

VIGOTSKY, L. S. (2000). **Obras escogidas III**. Madri: Visor. (Trabalho original publicado em 1931).

WOLFF, S. **O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais**. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.